O RIO PARAGUAI EA GUERRA [1]
Contribuição para o ensino de história

Maria do Carmo Brazil*

Neste texto apresentamos algumas considerações sobre o Paraguai, rio conquistado com base nos princípios tradicionais dos tratados de limites entre Portugal e Espanha. Procuramos ressaltar que os trechos vitais do rio evocam reflexões sobre seu reconhecimento e conquista e, também, sobre sua função como elemento decisivo na definição das fronteiras nacionais. Por longa data os estudos acadêmicos, desenvolvidos nas Instituições de Ensino Superior de Mato Grosso do Sul estiveram ligados a um viés explicativo irradiado por seguidores da velha escola positivista, cuja orientação contagiou boa parte dos historiadores que voltou seu olhar para a atuação dos *grandes homens* ou *mitos* locais. A historia da Guerra do Paraguai foi interpretada por muitos estudiosos e historiadores locais a partir de postulados formulados pelo segmento dominante em que a participação dos diversos grupos sociais subalternizados ficou alijada do discurso histórico. Como contraponto a esta tendência optamos em desenvolver a temática tentando dar visibilidade aos diversos atores sociais no cenário da Guerra. Para esta abordagem recorremos aos diários, narrativas de viagem, cartas, reminiscências e memórias na ambição de contribuir para o avanço dos estudos históricos e, também chamar atenção para a necessidade de se repensar o ensino de história regional. Os documentos oficiais sobre o período colonial, imperial e republicano, juntamente com a produção recente foram também tomados como pressupostos para o presente estudo. Das reflexões realizadas sobre o *rio* e a *guerra* pontuamos considerações ou apreensões não conclusivas, mas significativas para novas investigações..

1.A GUERRA DO PARAGUAI E O ENSINO DE HISTÓRIA EM DE MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL

Diante de impasses e peculiaridades existentes na maneira como a história da Guerra do Paraguai vem sendo ensinada nas escolas, tentamos oferecer aqui uma releitura ou reinterpretação da Guerra do Paraguai, cujos aspectos são insistentemente apresentados de forma superficial ou mesmo não tratados nos manuais de história regional. Embora dividido, do ponto de vista administrativo, o espaço mato-grossense (sul e norte) encontra-se unido por seu passado histórico. Cientes de que ao relato, à ordem dos fatos e ao acontecimento, o historiador precisa incorporar o recurso da construção do conhecimento perscrutando vestígios em fontes como cartas, periódicos, documentos, livros, matérias jornalísticas, narrativas e outras pistas.

[1] A *Guerra da Tríplice Aliança* é também conhecida por *Guerra do Paraguai*, *Guerra Contra o Paraguai*, *Guerra Guaçu*, *Guerra Grande* ou, ainda, *Guerra Maldita*. A expressão *Guerra Grande* foi dada por Augusto Roa Bastos, notável escritor paraguaio. Cf. MOTA, Carlos Guilherme. *"A guerra contra o Paraguai: A história de um silêncio"*. In: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães(org.) *Guerra do Paraguai- 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p.37-50.

*Professora Titular em História do Brasil Universidade Federal da Grande Dourados (FAED/UFGD). Docente do Programa de Pós Graduação em Educação e do Programa de Pós Graduação em História da UFGD. Doutora em História Social pela FFLCH/USP.

Segundo Luciano Figueiredo[2], editor da *Revista Nossa História*, o conflito platino ocorrido entre 1864-1870 pode ter sido o episódio de maior *monumentação* da história sul americana, mas os livros didáticos ainda são objetos de reprodução de idéias e imagens que sustentam a história tradicional, alheia às novas abordagens, debates e reflexões. Muitos materiais elaborados para tratar a problemática da Guerra realçam mais o cenário das batalhas ocorridas nas segunda e terceiras fases do conflito. A fase inicial, circunscrita ao sul de Mato Grosso, é comumente nublada na historiografia por fatos célebres como a luta naval de Riachuelo e as batalhas comandadas por Duque de Caxias.

No âmbito nacional os avanços historiográficos proporcionados com as orientações da *Nova* História, iniciadas na França desde 1929, e intensificada no Brasil a partir da década de 1970 alcançaram reflexões correlatas às mentalidades e à cultura impondo a necessidade de se pensar e abordar temas tradicionais, a partir de novos *olhares,* enfocando, sobretudo os segmentos sociais excluídos da escrita histórica. Daí em diante os objetos da investigação avultaram-se ensejando intensa produção recheada de testemunhos até então intocados ou invisíveis pela historiografia tradicional. Esta vertente constituiu-se num paradigma, responsável pela permanência de lamentáveis lacunas, observadas e refutadas atualmente, por estudiosos comprometidos com uma escrita da história submetida ao rigor dos métodos. Hoje a investigação histórica tem se orientado no sentido de buscar o *retorno do sujeito* na filosofia e nas ciências sociais[3] .

As mudanças verificadas na vida material dos homens, nas formas de analisar as questões regionais reúnem algumas das inquietações de estudiosos ciosos de que no momento da investigação é preciso apreender não só as contradições, mas também as vicissitudes do cotidiano no processo histórico[4].

De acordo com o levantamento realizado nesta pesquisa, a Guerra ganhou historicidade a partir da década de 1990, sobretudo com os trabalhos de Fernando

---

[2] FIGUEIREDO, Luciano. "Carta do Editor sobre A Guerra do Paraguai: as origens do Conflito que sacudiu o Continente". *Revista Nossa História*. Ano 2, n. 13, nov./2004, p.3

[3] LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Edição anotada por Ètienne Bloch. Apresentação à edição brasileira Lilia Moritz Schwarcz. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p.26.

[4]DI CREDDO, Maria do Carmo. "O Inventário como fonte para a análise nas formas de riqueza social: reflexões sobre estudo de caso". In: DI CREDDO, M.C., ALVES, Paulo, OLIVEIRA, Carlos Roberto (orgs.). *Fontes Históricas: Abordagens e Médodos*. Assis, SP: PPGH/FCL/UNESP, 1996p. 11).

Baptista (1996), Ricardo Salles (1990), José Murilo de Carvalho (2001), Francisco Fernando Monteoliva Doratioto (1996, 1997), Francisco Alambert (1995), entre outros[5].

Mas a preocupação em estudar a Guerra com maior profundidade traduziu-se no livro *Guerra do Paraguai- 130 anos depois*, organizado por Maria Eduarda Castro Magalhães Marques e publicado em 1995[6]. De significativa importância o livro quebrou parte do silêncio historiográfico que por muito tempo pairou sobre um tema que ainda possui grilhões a serem rompidos em relação ao paradigma da historiografia tradicional.

1.1 Historiografia regional sobre a Guerra

Vale destacar que a preocupação em conhecer a complexidade da Guerra em terras mato-grossenses, sobretudo enfatizando o rio Paraguai como objeto de cobiça durante o passado colonial e imperial é uma iniciativa relativamente nova se for considerado o tempo em que os estudiosos regionais vêm se dedicando a essa problemática. Por longa data (1970-1980) os estudos acadêmicos desenvolvidos nas Instituições de Ensino Superior estiveram ligados a um viés explicativo irradiado por seguidores da velha escola positivista, cuja influência alcançou boa parte dos historiadores regionais.

Embora em número ainda modesto, novos estudos surgiram na década de 1990 com propostas de combater os mitos e as interpretações conservadoras, hoje presente apenas em textos saudosos e saturados de um regionalismo estreito e sem base empírica consistente. Em Mato Grosso do Sul entre os estudos históricos inovadores resultantes de dissertações desenvolvidas no Programa Pós Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (à época campus da Universidade Federal de Mato Grosso

[5] BAPTISTA, Fernando. *Elisa Lynch: Mulher do Mundo e da Guerra*. São Paulo: Civilização Brasileira; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986; SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai*: escravidão e cidadania na formação do exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; CARVALHO, José Murilo de. "Um voluntário na Guerra do Paraguai". *Jornal Folha de São Paulo*, Caderno Mais, 8 jul. 2001. DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva – "A Construção de um Mito". *Folha de São Paulo* – Caderno MAIS, São Paulo, 9 de novembro de 1997. DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *O Conflito com o Paraguai: A Grande Guerra do Brasil.* São Paulo: Ática, 1996. ALAMBERT, Francisco. *Civilização e barbárie, história e cultura*: representações culturais e projeções da "Guerra do Paraguai" nas crises do 2º Reinado e da 1ª República. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

[6] MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães(org.) *Guerra do Paraguai- 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

do Sul) destacamos os trabalhos de Ana Paula Squinelo e Maria Teresa Garritano Dourado.

Ana Paula Squinelo desenvolveu dois trabalhos de fôlego: *A Guerra do Paraguai ontem e hoje: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1868 - 2003*[7]*)*, e A *Guerra do Paraguai, essa desconhecida. Ensino, memória e história de um conflito secular*, dissertação de Mestrado defendida em 2001. Esta última redundou num livro publicado pela Universidade Católica Dom Bosco, em dois volumes, sob o mesmo título em 2003[8]. Seu livro denuncia esquecimentos historiográficos, permanência de representações tradicionais e perpetuação dos mitos traduzidos no discurso dos memorialistas regionais. O alvo principal da autora foi revisitar as velhas fontes e realizar uma nova leitura sobre a História da Guerra em Mato Grosso com o objetivo claro de contribuir para o avanço do discurso histórico no âmbito regional, em particular, e no âmbito da historiografia brasileira, em geral. Mais que isso Squinelo estudou a Guerra do Paraguai com a intenção de trazer novas abordagens para o ensino de história em Mato Grosso.

Maria Teresa Garritano Dourado elegeu como tema de dissertação de mestrado o estudo da situação da mulher na Guerra do Paraguai, nas suas mais variadas possibilidades ou vertentes. A dissertação defendida em 2002 resultou no livro *Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: a presença feminina na Guerra do Paraguai*, publicado pela Editora da UFMS em 2005[9].

Sua proposta em abordar o tema é clara: "(...) penetrar no universo feminino, tentando tornar visíveis as mulheres que estiveram envolvidas na Guerra do Paraguai e que ficaram escondidas pelo tempo, pelo descaso e pelo preconceito*" [10]*. Neste livro a pesquisadora sul mato-grossense Maria Teresa Dourado questiona a dimensão de exclusão das mulheres, propõe combater o *emudecimento* historiográfico sobre tema e realizar reflexões em torno dos mitos e representações.

---

[7] SQUINELO, Ana Paula. *A Guerra do Paraguai ontem e hoje: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1868 – 2003*.São Paulo: FFLCH/USP, 2003. (Tese de Doutorado).

[8] SQUINELO, Ana Paula. *A Guerra do Paraguai, essa desconhecida...: ensino, memória e história de um conflito secular*. Campo Grande (MS): UCDB, 2002. 144p.

[9] DOURADO, Maria Teresa Garritano. *Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: a presença feminina na Guerra do Paraguai*. 1. ed. Campo Grande MS: Editora UFMS, 2005. V. 1. 135 p.

[10] *Ibidem*, p. 9

Em Mato Grosso destacamos a contribuição de Alfredo da Mota Menezes[11] (1998) e de Maria Adenir Peraro[12] (1997). O esforço historiográfico do primeiro é traduzido no trabalho *Guerra do Paraguai: como construímos o conflito*, publicado pela Editora Contexto em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso, cuja abordagem revela o não comprometimento do autor com as velhas e já saturadas interpretações sobre as relações internacionais latino americanas.

Maria Adenir Peraro do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso inaugurou com a tese *Farda, Saias e Batina: a ilegitimidade na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, 1853-90*, defendida na Universidade Federal do Paraná em 1997, uma reflexão sobre Mato Grosso e a Guerra do Paraguai contemplando homens de confiança do poder imperial, o universo dos campos de batalha, as relações de trabalho, sobretudo grupos sociais excluídos como a população livre e pobre, o segmento escravizado, crianças e mulheres. Para a realização do trabalho a autora recorreu aos processos judiciais e registros paroquiais como as certidões de batismos.

O trabalho de Peraro rompe o silêncio sobre objetos significativos para explicar o gênero humano, traduzido num trecho marcante de seu discurso: "(...) Para as mulheres paraguaias do povo e da elite, despojadas de seus bens, cujas famílias – pais, filhos e maridos – haviam perdido durante a Guerra, restavam poucas alternativas para sobreviver. Ou procurar retomar a vida em meio aos escombros e trabalhar em atividades múltiplas... Ou então partir (...) e retomar a vida em outro país e/ou região, (ou)...se casar com militares estrangeiros...com quem conviveram, ora como algozes, ora como companheiros. Um paradoxo"[13] .

As reflexões de Peraro evidenciam sua profunda inquietação na busca de vestígios capazes de dar visibilidade aos segmentos sociais excluídos do discurso historiográfico tradicional. Trata-se, portanto, de um estudo a abrir caminhos para novos investigadores. Por muito tempo a participação dos diversos atores sociais permaneceu

[11] MENEZES, Alfredo da Mota. *Guerra do Paraguai*: como construímos o conflito**.** São Paulo:Contexto; Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 1998.

[12] PERARO, Maria Adenir. *Farda, saias e batina*: a ilegitimidade na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, 1853-90. 1997. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Arte, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2000.

[13] *Ibidem.*

esquecida nos acervos documentais, diários, narrativas de viagem, cartas, reminiscências e memórias a espera de historiadores capazes de lhes dar historicidade.

Observa-se nos materiais produzidos para as escolas o inexpressivo destaque dado à participação de Mato Grosso no contexto da Guerra, embora haja uma produção historiográfica já considerável nos meios acadêmicos sobre o tema traduzida em algumas teses e títulos e realizados à luz de novos fatos.

As investigações, que mostram o caráter variável e específico da realidade mato-grossense, têm ficado restritas ao espaço acadêmico sem, lamentavelmente, atender as orientações didáticas expressas no documento que envolve a questão da História nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Estes parâmetros elencam como um de seus objetivos o preparo do aluno no processo do conhecimento da própria realidade, além de identificar as singularidades regionais brasileiras.

Os programas oficiais, mesmo incorporando recentes avanços teóricos e metodológicos, ainda reproduzem nos materiais destinados ao ensino de história regional, conteúdos conservadores sobre a história da Guerra do Paraguai. Quase não se ressalta que essa Guerra projetou o rio Paraguai, em particular e, sobretudo, Mato Grosso na História do Brasil.

Salvo engano, rara abordagem presta contas sobre o destino dos tripulantes e passageiros que viajavam no vapor Marques de Olinda, naquele longínquo dezembro de 1864, quando a embarcação aprisionada pelos paraguaios constituiu-se no fato determinante do início da Guerra. Aspectos sobre a *Retirada da Laguna* são tratados de forma apressada e superficial. A população das cidades do sul de Mato Grosso, vitimada pela invasão paraguaia é quase invisível nos textos destinados a história de Mato Grosso.

2.RIO PARAGUAI "UM MAR INTERNO" COBIÇADO[14]

> *O Paraguai ...é um destes grandes rios do Brasil que parece amoldado pela natureza para servir de mar interno, a fim de facilitar nossas comunicações com os vastos sertões, e abrir estes cofres entranhados na terra.*
>
> Cel. Zeferino Pimentel Moreira Freire, 1845

2.1. Jóia do Prata

Ao estudar a historiografia dos rios percebemos a carência de estudos realizados sobre o rio Paraguai antes da década de 1930. A maioria dos rios ainda é pouco conhecida, sob o ponto de vista histórico e historiográfico, e apenas alguns deles são identificados em sua função histórica unificadora.

O São Francisco, insistentemente tratado na historiografia como o *rio sem história,* já recuperou seu papel no cenário brasileiro, pois seu nome na história é *O rio da integração nacional*[15]. O Tietê, narrado historicamente por Humberto Mello Nóbrega *ora como cenário, ora como comparsa, ora como personagem*, tem sua identidade bem definida como *O rio bandeirante*[16]. Ao ser privilegiado, numa descrição viva e emocionado de Euclides da Cunha, o rio Amazonas, juntamente com o Purus, como a *última página a escrever-se do Gênesis*, ocupa um lugar especial entre os principais caminhos fluviais do Brasil, sobretudo como projeção geopolítica[17].

De fato, como parte do *tablado geográfico* em que se movimentaram os antigos bandeirantes e onde se concentraram as principais forças de defesa da nação brasileira durante o conflito platino, o rio Paraguai tem merecido o resgate de sua historicidade[18] para também figurar entre os principais rios estudados do Brasil.

Os elementos constitutivos do vínculo histórico entre os rios Tietê e Paraguai aglutinam-se na vocação expansionista do primeiro para o interior brasileiro e no caráter inquieto do segundo, rio que caminha em terras nacionais e internacionais para se derramar no mar. O Tietê era como *uma seta apontada para o sertão a indicar*

---

[14] Cf. BRAZIL, Maria do Carmo. Rio Paraguai: o 'mar interno brasileiro': Uma contribuição ao estudo dos caminhos fluvais. São Paulo: FFLCH/USP, 1999. (Tese de Doutorado).

[15] LINS, Wilson. *O médio São Francisco - uma sociedade de pastores e guerreiros*. Bahia: edições Oxumaré, l952.

[16] NÓBREGA, Humberto de Mello – História do Rio Tietê. São Paulo: Governo do Estado, l978.

[17] CUNHA. Euclides da. *Obra Completa.* Rio de Janeiro: Ed.Nova Aguilar, 1995b, n.1.Ver também *Rio Paraguai, o 'mar interno' brasileiro*. Uma contribuição para o estudo dos caminhos fluviais. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. São Paulo-SP. 1999, p. 64.

[18] LEONZO, Nanci - "O Esquecido Rio Paraguai". *Jornal Correio do Estado***.** Campo Grande, MS: l9.07.l997.

caminhos[19] . O Paraguai a meta, uma *jóia do Prata,* protegida por tribos guerreiras e cobiçada por nações vizinhas, conforme lembrou Rezende Rubim em l939: "(...) é ele, é o rio Paraguai, que parece atrair as vistas dos povos de língua espanhola, dadas as riquezas latentes das terras banhadas pelas suas águas, sendo como é o prolongamento natural do rio da Prata"[20].

2.2. El mejor rio del mundo.....

Desde o ano de 1790, o capitão da bandeira espanhola e membro da comissão de limites, Dom Martin Boneo, ao percorrer o rio Paraguai para lhe explorar as particularidades, já reforçava os objetivos militares. Alimentava, através de seus relatórios, a ambição do primeiro comissário da terceira divisão de limites, Felix Azara, em fortalecer a política de expansão e estabelecer o domínio territorial e econômico sobre as áreas estratégicas do extremo oeste brasileiro. A correspondência oficial de Félix Azara ao Vice-Rei da Espanha (1793) sobre a demarcação de limites entre o Paraguai e o Brasil, evidencia seu plano de conquistar a posse do caudaloso Paraguai, acrescentando à soberania espanhola as áreas do vale, cujo valor se estampava nos imensos ervais, barreiros, salinas, pastos, aguadas e madeiras[21].

O Paraguai - lembrou Rubim Rezende em 1939 - esse caminho que "...anda e que penetra no coração da pátria, indo beijar, depois de percurso quase todo navegável, os mananciais da maior bacia potamográfica do mundo – a do Amazonas[22]" – é um rio que nasce numa das principais chapadas do Planalto Central, precisamente na cordilheira dos Parecis, localizada no oeste de Mato Grosso.

As frotas de Cuiabá e Mato Grosso, dizia Felix Azara, "(...) cairão em nossas mãos na boca do Taquarí , ou mais ainda, podemos na paz chupar suas riquezas por um comércio que há de ser-nos vantajoso sem prejuízo; os famosos estabelecimentos de Mato Grosso, Cuiabá e serra do Paraguai serão precários a seus ilegítimos donos e 'al

[19] NÓBREGA, Humberto de Mello. *História do... Op.cit*., p. 25.

[20]REZENDE, Rubim. *Reservas de Brasilidade*. São Paulo/Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939. Coleção Brasiliana v. 161, p. 145.

[21] AZARA, Félix, Carta ao ao vice-rei da Espanha enviada de Assunção em 19 de janeiro de 1793. In: *Correspondência oficial e inédita sobre la demarcación de limites entre el Paraguay y el Brazil*", publicada por Pedro de Angelis *in Colecíon de Obras y Documentos, Buenos Aires, Imprenta del Estado, 1836, p. 44.*

[22] REZENDE, Rubim. *Reservas... Op. cit.*

fin' cairão em nossas mãos com o tempo[23]. A essência dessa *Carta* revela a perspicácia de Azara sobre o papel estratégico do grande rio brasileiro nos projetos expansionistas e de domínio territorial espanhol. "No es posible que no tengamos las minas de Cuyabá e Mato-Groso, cuando las podemos atacar com fuerzas competentes**,** *llevadas por el mejor rio del mundo*, sin que los portugueses puedan sostenerlas ni llegar a ellas, sino por el embudo obstruido del rio Taquarí, en canoas y com los trabajos que nadie ignora"[24] .

Conforme as informações de Dino Willy Cozza[25] (1995), a extensão total percorrida pelo rio é de 2.621 quilômetros, desde sua nascente até a foz. São trechos distintos que ao receberem as águas de seus tributários formam a grande bacia do Paraguai, numa área de 345.701 quilômetros quadrados de extensão. Em território brasileiro, a bacia paraguaiana envolve os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e pela complexidade do regime das águas, o grande rio assume feições variadas possibilitando a divisão de seu curso em trechos distintos: Paraguai Superior, Alto Paraguai, Médio Paraguai; Paraguai Inferior.

Ao discorrer sobre as características do rio Paraguai desde as suas *diamantíferas origens* observamos o quanto tinha razão o antigo comissário espanhol Felix Azara em cobiçar, desde o século 18, a posse da imensa via fluvial considerando "as riquezas latentes das terras banhadas pelas suas águas" [26]. À primeira vista, o trecho que envolve o pantanal parece ser um lodaçal imenso, sem perspectiva econômica, no entanto, observou Rezende, sempre foi "uma das porções mais ricas do país, graças a sua vocação natural para a criação do gado vacum" [27].

As pretensões de Azara, dispostas nas cartas enviadas ao Vice-Rei da Espanha eram as de promover o avanço para o norte de Mato Grosso, visto que as terras do "Ipané tiene tantos yerbales que se consideran inagotables". Além disso, corriam

---

[23] Cf. ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800), & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5ª ed.- revista, prefaciada e anotada pôr José Honório Rodrigues. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, l963, p. 202-203.

[24] AZARA, Félix. *Carta... Op. cit.,*

[25] COZZA, Dino Willy. "A importância da Bacia do Paraguai para o Brasil". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 156(387): 265-273 abr./jun. 1995.

[26] (REZENDE, 1939, p. 129)

[27] Fonseca, João Severiano. FONSECA, João Severiano da. Esboço Corográfico... Op. cit. p. 130-253. Ver também BRAZIL, Maria do Carmo. *Rio Paraguai... Op. cit.*, p.107.

rumores de que as terras dos *Mbayás,* ou *Guaicurus*, possuíam um morro de prata [28]. A ambição de incluir no domínio espanhol as ricas terras de Mato Grosso fica patente em vários trechos da correspondência oficial de Azara sobre a demarcação de limites entre o espaço paraguaio e o Brasil. Sua carta ao Vice-Rei da Espanha, datada de Curupaiti, de 20 de junho de 1791 trazia as seguintes considerações: "(...) Qui si la linea va por los dos segundos (pelo Ivinheima e o seu contravertente), quedarán por nosotros los mejores y mas abundantes minerales de yerba com las mejores tierras que hay desde allí al Rio de la Plata; que tendremos franca la comunicación del Perú por los Chiquitos, y, finalmente, extendiéndonos hácia el norte, quizás no pasarán muchos años sin que esta provincia posea à Cuyabá, Matogroso y los diamantes de las cabeceras del rio Paraguay. Em outro trecho desta Carta há uma nítida intenção dos espanhóis apossarem-se de Mato Grosso "en el primer rompimiento"[29].

Se nos tempos coloniais os espanhóis viram o Paraguai como *el mejor rio del mundo*, Zeferino Pimentel Moreira Freire, presidente da Província de Mato Grosso nos anos de 1843 e 1844, e autor de uma importante *Memória Militar*, o qualificou, durante o século 19, como uma das grandes estradas móveis do Brasil que parecia "(...) amoldado pela natureza para servir de mar interno, a fim de facilitar nossas comunicações como os vastos sertões, e abrir estes cofres entranhados na terra" [30]. Os relatos dos séculos 18 e 19 evidenciavam, portanto, a importância das conexões internas determinadas pelas vias terrestres ao longo do estuário platino, as razões das questões litigiosas que redundaram na Guerra do Paraguai; as ações sociais, as condições biológicas e os dados geográficos enfim, as circunstâncias e os acontecimentos políticos que envolveram a grande via de integração nacional e internacional.

Como comissário de limites, João Severiano da Fonseca tratou o grande rio como um dos mais majestosos e de mais segura navegação do mundo, e indubitavelmente a melhor e mais fácil estrada da Província de Mato Grosso. Fonseca

[28] CORRÊA, Filho, V. *As Raias de Mato Grosso*. São Paulo: Seção de Obras d'O Estado de São Paulo, 1926. (4 volumes), p.131-132.

[29] AZARA, Félix, Carta ao Vice-Rei da Espanha enviada de Curupaiti em 20 de junho de 1791. In: *Correspondência oficial e inédita sobre la demarcación de limites entre el Paraguay y el Brazil*", publicada por Pedro de Angelis *in Colecíon de Obras y Documentos, Buenos Aires, Imprenta del Estado, 1836.*

[30] FREIRE, Zeferino Pimentel Moreira. *"Memória Militar sobre o Rio Paraguay na Província de Matto Grosso". Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Jornal do Comércio., Lata 763, Pasta ll. (Documento Avulso).

pontuou também sua importância econômica, expressa na abundância do ouro, do diamante, do látex, da poaia, da madeira de lei[31]. Cumpre ressaltar que estes recursos naturais, coletados nas matas, nas encostas das serras e nos campos úberes sempre guarneceram o curso do grande rio em sua longa caminhada[32].

3. UM ESPAÇO SOB AMEAÇA

3.1 Ricardo Franco e o Forte de Coimbra

Em novembro de 1796, quando Caetano Pinto de Miranda Montenegro assumiu o governo de Mato Grosso, as relações diplomáticas entre Espanha e Portugal estavam tensas, repercutindo nas colônias americanas.

Patenteava-se a necessidade de maior vigilância na fronteira meridional e a indispensável presença de um auxiliar administrativo para o comando da *lendária estacada ancestral do Forte de Coimbra*, fundado em 13 de setembro de 1775, à margem direita do Paraguai, por ordem de Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, 4º. Capitão General de Mato Grosso[33].

Ricardo Franco foi nomeado em 1796 por Caetano Pinto de Miranda Montenegro, 6º capitão-general de Mato Grosso, para assumir o cargo de Comandante do Forte. Para tomar posse partiram com ele de Vila Bela, sede da Capitania, as tropas que iriam reforçar os efetivos da guarnição de Coimbra.

O novo comandante da fronteira sul de Mato Grosso concebeu o plano de defesa para Capitania, o qual foi exposto em *Memória ou Informação dada ao governo sobre a Capitania de Mato Grosso, por Ricardo Franco de Almeida Serra, tenente-coronel Engenheiro, em 31 de janeiro de 1800*[34]. O plano envolvia a fundação de um núcleo de defesa militar com campo destinado à criação de gado na região de Albuquerque, com o

[31] FONSECA, João Severiano da. *Esboço Corográfico da Província de Mato Grosso.. Viagem ao Redor do Brasil – 1875-1878*. Rio de Janeiro: Tipografia de Pinheiro & C., 1880, vol. 1

[32] BRAZIL, Maria do Carmo. *Rio Paraguai...Op. cit.*, p.108.

[33] CORRÊA FILHO, Virgílio. "O Porto de Corumbá". *Jornal do Comércio***.** Rio de Janeiro: Mensário do Jornal o Comércio, 1945.

[34] ALMEIDA SERRA, Ricardo Franco – "Rio Paraguai**".** *Memória ou Informação dada ao Governo sobre a Capitania de Mato Grosso* – por Ricardo Franco de Almeida Serra. Tenente-Coronel Engenheiro. Cuiabá: Copiada de um manuscrito oferecido ao Instituto pelo Sócio Correspondente Doutor José Antônio Pimenta Bueno, que o fez transladar do manuscrito original que existe na Secretaria do Governo de Cuiabá, 31 de janeiro de 1800. *In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo***,** São Paulo: l840, vol. 2, p. 20.

objetivo de abastecer a guarnição de Coimbra, Albuquerque e da Povoação, mais tarde Corumbá.

Segundo Almeida Serra, os espanhóis que se encontravam estabelecidos nas imediações da baia Negra, tinham seus domínios "dez vezes mais povoados" do que a Capitania de Mato Grosso, e suas principais preocupações centravam-se na manutenção do território desbravado, cobiçando, entretanto, a margem oriental dos rios Guaporé e Paraguai. Pretendiam avançar pelo sul, onde suas bases estavam mais consistentes, com o objetivo de dominar a área do rio Apa, Miranda e Aquidauana, e assim, assegurar a área inteira do Pantanal, com seus "vastos sertões... grandes tesouros... e a maior parte do corpo de grandes rios..."[35].

Ricardo Franco, por sua vez, envolvido na missão de guardar a fronteira meridional percebeu o potencial de defesa do furo do Paraguai-Mirim. Ao observar esse ponto estratégico, teceu inúmeras considerações sobre a importância da navegação do Taquari, avaliando os meios de transportes fluviais e a posição geográfica de Camapuã. A partir da avaliação da capacidade tática do rio, Ricardo Franco mostrou a necessidade de uma "reforçada patrulha" nas cercanias do morro de Albuquerque, para cobrir Coimbra e Miranda, em caso de guerra. Acentuou-se, a partir daí, a importância estratégica do Forte de Coimbra, dada a sua posição entre dois morros (atualmente Morro da Marinha e Morro de Coimbra).

Havia uma grande preocupação do comandante com a possibilidade de ataque espanhol pelo rio usando canoas, e por terra através da cavalaria. Nesse aspecto foram avaliadas as possibilidades de tráfego entre Cuiabá e o "paso do Paraguai", bem como acesso ao Presídio de Coimbra e Miranda. Conforme Jaime Cortesão a expressão " paso" do Paraguai era a denominação dada nas cartas jesuíticas ao vale do rio Paraguai nas cercanias de Corumbá[36]. Foram também minuciosamente estudados os vastos campos que banhavam o referido rio, estendidos a oeste de Coimbra, envolvendo o sul das serras de Albuquerque. Segundo Ricardo Franco, o morro de Albuquerque podia socorrer Mato Grosso nas circunstâncias de guerra por ser um lugar também apropriado

[35] Loc. cit.

[36] CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid.* Lisboa: Livros Horizontes Ltda, 1984. (Tomo III), p. 652.

para confinamento de gado e armazenamento de mantimentos, que dissimuladamente os luso-portugueses poderiam conduzir para Coimbra, ainda que fosse sitiada.

Apesar da tensão diplomática entre Portugal e Espanha, desde 1797, Ricardo Franco mantinha sua tarefa de programar a segurança no sul, dedicando maior atenção aos problemas administrativos do Forte. Como militar-geógrafo, sua habilidade em avaliar as potencialidades topográficas do paso do Paraguai concorreu para impor, de forma definitiva, o domínio português na margem ocidental do rio Paraguai.

O Forte de Coimbra, além de baliza, devia impedir o acesso à antiga posse portuguesa nas duas margens do rio Paraguai, cobrindo, guardando e assegurando as bocas e a navegação do rio Mondego (Miranda) e Taquari. De acordo com as *Memórias* de Almeida Serra (1800), o Forte também viria assegurar a navegação dos dois rios estratégicos e, conseqüentemente, protegendo a boca do Paraguai-Mirim e os trechos do Alto Paraguai e Paraguai Superior, envolvendo as lagoas confinantes à Província de Chiquitos[37]·.

Por tudo isso, Ricardo Franco transformou-se na figura proeminente do Forte e este passou a representar verdadeiro corte na artéria vital das comunicações espanholas com o Vice-Reinado do Prata [38]. Apesar da marcante imagem do Forte, em setembro de 1801, os espanhóis resolveram atacar Coimbra. Durante oito dias a Fortaleza resistiu ao assédio da esquadra inimiga, sob o comando de Ricardo Franco. Conforme a narrativa de Raul Silveira do Mello, o Forte foi atacado, por ordem de Lázaro Ribera, a partir de um antigo sonho de Felix Azara, que pretendia desalojar os portugueses de Coimbra e Albuquerque e, enfim, ocupar o sul de Mato Grosso, especialmente dominar o rio Paraguai.

Os desentendimentos diplomáticos entre os países ibéricos, verificados desde 1797, contribuíram para amadurecer os planos de invasão de D. Lázaro. Os portugueses, de acordo com Silveira de Melo, desconfiavam das intenções paraguaias: "(...) Suspeitava Caetano Pinto e previa Ricardo Franco que Lázaro Ribera espreitava uma oportunidade para resolver pelas armas a disputa do sul de Mato Grosso, mas ambos achavam que a imponência do Forte teria inibido os impulsos agressivos do Paraguai"[39].

---

[37] ALMEIDA SERRA, Ricardo Franco – "Rio Paraguai**".** *Memória... Op. cit.* p. 20.

[38] *Ibidem*, p. 40.

[39] MELLO, Raul Silveira de. *Um homem do dever* – Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra (No sesquicentenário de sua morte). Rio de Janeiro: Bibliex, 1964, p. 150.

A curta duração da guerra entre as duas Metrópoles, deflagrada em 1801, foi suficiente para que o chefe paraguaio agisse no sul de Mato Grosso. O conflito na Europa representou o momento ideal para D. Lázaro colocar em prática seu antigo plano. Ciente de que a França e a Espanha haviam declarado guerra a Portugal, o governador castelhano pode organizar a *surpresa tática*, com liberdade de iniciativa, contra o Forte. Entretanto, um fato considerável teria facilitado o preparo da defesa da Fortaleza: um nativo guaicuru aliado dos portugueses avisou sobre a aproximação das embarcações castelhanas.

A força da flotilha de D. Lázaro já indicava que o rio fatalmente ficaria sob seu domínio. Mas os "erros de concepção, de execução e de comando" dos castelhanos deram a Ricardo Franco a vitória sobre o adversário, conforme explica Silveira de Melo: (...) a marcha fluvial, que podia ter sido vigorosa e contínua, arrastou-se morosamente... Os retardos em [forte] Bourbon e Baia Negra afastaram a possibilidade da surpresa tática e serviram de alerta à guarnição de Coimbra "[40].

Reabastecimentos e contatos com as guarnições em Concepción, Apa e Bourbon, realizados pela flotilha de D. Lázaro, deram tempo para que o nativo *Nixinica* chegasse a Coimbra e dar ciência sobre a marcha castelhana, rio acima, avistada na altura de *Concepção*. Nas considerações de Silveira de Mello, o fracasso do governador paraguaio "serviu de remate ao pleno domínio português sobre o histórico baluarte, sobre a margem ocidental do Rio Paraguai e a região de campos e ervais do sul mato-grossense".[41]

3.2.Leverger em cena

Dois morros – Puga e Conselho – estendidos no vale do rio Paraguai, a seis quilômetros a sudoeste de Porto Esperança – já anunciam a proximidade de Coimbra, localidade que, como procuramos ressaltar, exerceu importante papel nas lutas fronteiriças de 1801, com a reação incisiva de Ricardo Franco de Almeida Serra. Essa mesma Fortaleza foi, no ano de 1850, a partir de um incidente diplomático ocorrido entre Brasil e o Paraguai, o lugar onde Augusto de Leverger, frente às novas ameaças de invasão paraguaia e ao fracasso nos acordo de comércio e navegação, sobretudo na

[40] *Ibidem*, p. 175.

[41] *Loc.cit.*

Missão diplomática de Pedro Ferreira de Oliveira, instalou o corpo administrativo e o quartel-general da Província de Mato Grosso para melhor defender o rio e a Província.

Sem nunca desistir da idéia de transformar o lendário rio em eficiente meio natural de navegação, o governo brasileiro encarregou Augusto Leverger, Capitão de Fragata da Marinha Brasileira, para dirigir o conjunto Arsenal/Canhoneiras/Companhia de Imperiais Marinheiros - ou *Trem Naval*- onde deviam ser construídas embarcações destinadas à defesa de Mato Grosso. Esse empreendimento permitiria a exploração minuciosa do rio Paraguai, incluindo a geografia de seus tributários navegáveis.

Como chefe da força naval brasileira Leverger assentou os alicerces do Arsenal da Marinha, substituindo o antigo e rudimentar armazém do *Trem Naval* [42]. Foi assim que Leverger, em 1846, a partir do acordo diplomático com Carlos Antônio Lopez, conseguiu chegar à barra do Paraná, nas raias do domínio de Rosas, na Argentina, complementando seu extraordinário trabalho de levantamento do famoso rio-fronteira.

Acrescentava-se desta forma, mais dados sobre o rio que conhecia desde a foz do rio São Lourenço, conforme mencionou ao apresentar seu notável *Diário de Reconhecimento do Rio Paraguai- desde a cidade de Assunção, até o Rio Paraná*.

Em 1847, Leverger aprofundou os estudos do rio Paraguai, com o objetivo de defender as conquistas realizadas no período colonial. Através do *Roteiro da Navegação do Rio Paraguai desde a foz do São Lourenço até o Paraná*[43], o capitão retomou o trabalho de reconhecimento hidrográfico, realizado no ano de 1786, pelo engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra e sua comissão de demarcação de limites, pois considerava seu *Roteiro* como o mais significativo acervo de informações sobre o rio Paraguai.

A minuciosa exploração e a organização cartográfica do rio Paraguai e lagoas adjacentes da margem direita realizadas pelos demarcadores da Comissão de Limites, no período colonial, ofereceram informações potamográficas indispensáveis para o

---

[42] LEVERGER, Augusto de - *"Diário de Reconhecimento do Rio Paraguai- desde a cidade de Assunção, até o Rio Paraná". Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico do Brasil.* Rio de Janeiro: Tipografia de D. Luiz dos Santos, 1862, tomo XXV, p. 23.

[43] LEVERGER, João Augusto Manoel *"Roteiro da Navegação do Rio Paraguai desde a foz do São Lourenço até o Paraná "* In: *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico, e etnográfico do Brasil.* Tomo XXV. Rio de Janeiro, 1862.

trabalho de Augusto de Leverger que, a partir daí, gizou todo o rio Paraguai, desde a conjunção do rio Sepotuba até a embocadura do Paraná, nos anos de 1847 e 1848[44] .

Em 1847, a nação paraguaia fez uma nova proposta de Tratado de Aliança, Comércio e Navegação e Limites ao Brasil, prometendo eliminar as contendas ainda existentes em áreas litigiosas. Mais uma vez o Império discordava do princípio do *uti possidetis,* mas ao mesmo tempo o evocava para manter a fronteira até o Apa. Brasil e Paraguai porfiaram anos a fio, sem chegar a um acordo razoável[45].

O Paraguai, através do negociador José Berges, empenhava-se em manter a linha divisória através de acidentes geográficos, mas recusava a reconhecer o Apa como um espaço conveniente de fronteira natural. Para os negociadores paraguaios, o Apa não passava de uma pequena corrente líquida de fluxo variável[46]

No ano de 1850, Leverger remeteu o resultado de seus estudos potamográficos ao Rio de Janeiro[47], fruto de inúmeras pesquisas e criteriosas observações. Por recomendação do governo imperial coletou um precioso material para o levantamento da carta hidrográfica do Paraguai, anotando cuidadosamente a direção, a extensão das voltas do rio e os acidentes de seu álveo e de suas margens. A esse material juntava o resumo histórico e detalhado dos tratados, negociações e correspondências trocadas a respeito dos limites e das questões internacionais. Como incansável pesquisador Leverger foi, na opinião de Afonso Taunay, um dos mais ilustres *precursores de Rondon[48]*.

---

[44] TAUNAY, Visconde. *Augusto de Leverger*. Almirante Barão de Melgaço (Antemural do Brasil em Mato Grosso). Com um complemento da lavra de Virgílio Corrêa Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1931, p. 83.

[45] ACCIOLY, Hildebrando. *Limites do Brasil- A fronteira com o Paraguai.* São Paulo/Rio de Janeiro/ Recife/ Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, l938. (Coleção Brasiliana, vol. 13l), p. 75-78. Sobre questões de limites ver também BRAZIL, Maria do C. Brasil e Portugal no período Pombalino: ocupação geoestratégica de Mato Grosso. In: *IV Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos*, 2000, Porto Alegre. IV Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre: PUC, 2000. v. CD. p. 104-112.

[46] MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria – Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912).* São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Moderna, 1997, p. 259.

47 ALMEIDA SERRA, Ricardo Franco – "Rio Paraguai". Memória ou Informação dada ao Governo sobre a Capitania de Mato Grosso – por Ricardo Franco de Almeida Serra. Tenente-Coronel Engenheiro. Cuiabá: Copiada de um manuscrito oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo Sócio Correspondente Doutor José Antônio Pimenta Bueno, que o fez transladar do manuscrito original que existe na Secretaria do Governo de Cuiabá, 31 de janeiro de 1800

[48] TAUNAY, Visconde. *Augusto de Leverger....Op.cit.*, p. 4.

3.3. Incidentes diplomáticos

Corria o ano de l850 quando o presidente da Província, João José da Costa Pimentel, decidiu ocupar o *Fecho-dos-Morros*, área de suma importância estratégica, cuja operação despertou a indignação e a ira do governo paraguaio, que evocava o poder legítimo sobre o local.

A reação foi tão intensa a ponto de a nação paraguaia organizar imediatamente uma força militar para expulsar os ocupantes do estratégico lugar. O incidente, apesar de ter sido resolvido pela via diplomática, alertou o Gabinete Imperial da frágil estrutura de defesa do sul de Mato Grosso. Dentro desse contexto o Comando Geral de Fronteira foi transferido para o Forte de Coimbra, conforme observações de Raul Silveira de Mello: "... Foi daí que o governo da Província, seguindo instruções da Côrte, voltou suas vistas para a Povoação ('Nova Povoação de Albuquerque ou Corumbá', fundada em 1778) reconhecendo que ali, e não Albuquerque (povoado erguido nos idos de 1776 como guarnição militar) é que reuniam as melhores condições portuárias do rio Paraguai, e, por conseqüência, ali, e não lá, que se deviam concentrar esforços, no sentido de torná-la apta para o comércio exterior da Província"[49].

Por muito tempo o governo Colonial e mesmo o Imperial, manteve vigilância constante em torno do *Taquari* e do *Paraguai-Mirim*, afluentes do Paraguai que ligavam a Corte a São Paulo. No entanto, os desentendimentos ocorridos em 1850 revelaram a necessidade de nova alternativa estratégica que, conforme Silveira de Mello tratavam-se "... ao revés, no momento (a partir do Incidente do Fecho dos Morros), de ligar o rio e a terra bandeirante não mais por Camapuã, mas pelo varadouro do Nioaque, visando por essa intercomunicação o surto meridional da Província"[50].

Em 1851, Leverger assumiu o cargo de Presidente de Mato Grosso. Dois anos mais tarde, determinou o retorno do Comando Geral da Fronteira para Corumbá, acionando os antigos propósitos políticos do Brasil em defender e povoar a parte meridional de Mato Grosso. Qualquer movimento externo nessa área lindeira representava sério risco à soberania brasileira.

[49] MELLO, Raul Silveira de. *Corumbá, Albuquerque e Ladário*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1966, p. 125.

[50] Loc.cit.

A ameaça de uma possível invasão paraguaia, patenteada na *Missão Pedro Ferreira,* levou Leverger a tomar estratégicas medidas de defesa e de preparo logísticos, ensejando a abertura da rota fluvial Tibagi-Paranapanema-Ivinhema-Miranda[51].

Cabe explicar alguns aspectos da referida missão diplomática redundou nas sérias medidas tomadas pelo governo para garantir a soberania Imperial. Em 1855 o governo brasileiro encarregou Pedro Ferreira de Oliveira para uma missão diplomática, em Assunção. A missão teria fracassado porque o ajuste sobre limites restringiu-se ao "adiamento da solução da questão"[52] .

A determinação de um novo prazo para a celebração dos acordos de limites foi entendida como manifestação de resistência do governo paraguaio em resolver a questão lindeira por meio de negociações e acordos. O malogro da incumbência diplomática de Pedro Ferreira preocupou Leverger, Presidente da Província de Mato Grosso que, para atender de perto o problema, transferiu-se com a sede do governo para o Forte de Coimbra, permanecendo ali por um ano.

O Forte de Coimbra, neste sentido, afigurou-se nas narrativas memorialísticas, como uma das chaves da navegação brasileira, não só por sua posição geoestratégica como pelos fastos militares ocorridos em 1801, 1850 e 1864, quando foi alvo constante das investidas paraguaias. Apesar de sua excelente localização, o viajante Bartolomé Bossi na obra *Viagem Pitoresca pelos rios Paraná, Paraguai, São Lourenço e Arinos e notícia descritiva da Província de Mato Grosso* registrou, em 1862, às vésperas da Guerra do Paraguai, a vulnerabilidade do Forte[53].

4. UM CONFLITO IMINENTE

As ameaças imperialistas de João Manoel Rosas, presidente da Argentina, determinaram o interesse do governo paraguaio em reatar as relações diplomáticas com o Império brasileiro. As negociações dos delegados imperiais também serviram para

[51] Cf. ACCIOLY, Hildebrando. *Limites do Brasil. Op.cit., p. 75-78.* MELLO, Raul Silveira de. *Um homem...* p.127.

[52] MELLO, Raul Silveira de. *Corumbá, Albuquerque e Ladário*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1966, p. 125.

[53] BOSSI, Bartolomé - *Viagem Pitoresca pelos rios Paraná, Paraguai, São Lourenço e Arinos e notícia descritiva da Província de Mato Grosso.(1863)* Paris: Libreria Parisiense Dupray de la Meherie; Rio de Janeiro: *Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, s/d. Lata n.º 338; documento n.º 23.

anular os entraves que impediam a celebração do tratado de livre comércio através do rio Paraguai.

Com o empenho da *Missão Pimenta Bueno* e da *Missão Paranhos* tornou-se possível o estabelecimento do *Tratado de Amizade Comércio e Navegação,* de 6 de abril de 1856, entre o Brasil e Paraguai, franqueando o rio aos navios brasileiros.

Apesar da aparente harmonia entre os dois países pairava no ar espessos sinais de guerra. Como parte da política de defesa, Corumbá passou a contar, a partir de 1857, com duas unidades de Artilharia e, também, com o Corpo de Artilharia de Mato Grosso. As insuperáveis e inçadas dificuldades para delimitar os contra vertentes dos rios Paraná e Paraguai, ajudaram a acirrar os desentendimentos entre os países vizinhos, desencadeando o mais longo conflito armado verificado na história das Américas.

4.1. Conflito anunciado.....

Algumas evidências prenunciaram a intenção de Solano Lopez em declarar guerra ao Brasil: uma delas era a indisposição diplomática do governo paraguaio em relação ao Império brasileiro desde 1850. O próprio acordo de navegação no rio Paraguai, assinado em 1858 entre Paraguai e Brasil, foi provisório.

Outra evidência refere-se ao aumento de quadros efetivos e ao aparelhamento bélico das forças armadas paraguaias. Além disso, como o plano dos paraguaios era invadir Mato Grosso através do rio, estudaram previamente as singularidades mesológica e potamográfica de áreas chaves da região que pretendiam ocupar.

Para tais estudos os paraguaios lançaram com sucesso o serviço de espionagem, executado por agentes que mais tarde vieram ocupar função de comando das tropas. O tenente Andrés Herrero foi um deles.

4.2. Espionagem...

Em 1863, Andrés Herrero visitou Mato Grosso com o pretexto de estreitar as relações comerciais entre o Brasil e o Paraguai. E assim, anotou tudo que pudesse ser de interesse militar, depois de visitar Coimbra, Albuquerque e o estabelecimento naval de Dourados, à margem direita do rio Paraguai. Herrero, segundo as reflexões de Lécio Gomes de Souza, subiu o rio São Lourenço e o Cuiabá e, só não chegou à capital porque

era a estação da seca e as águas baixas não permitiam o tráfego de navios de alto calado[54] .

No mesmo ano, outro cidadão paraguaio desembarcou em Corumbá com a missão de espionar Mato Grosso. Era o tenente José Isidoro Resquín, que, em fins de 1864, ficou à frente da coluna invasora de Mato Grosso. Além de Resquín, pondera Lécio Gomes de Souza, "(...) outros agentes devem ter sido empregados clandestinamente no reconhecimento do território, máxime pela fronteira seca, pouco vigiada, de modo que, ao deflagrar o conflito, o teatro de operações estava completamente desvendado, sabido os núcleos de resistência, levantado os seus efetivos"[55].

4.3. O estopim ...

Conforme já nos referimos, o Tratado *Tratado de Amizade Comércio e Navegação Brasil/ Paraguai*, de 6 de abril de 1856, não solucionou a questão de limites entre as duas nações mas, permitiu o fluxo regular entre Montevidéu e Cuiabá, através da Companhia de Navegação a Vapor, até o ano de 1864, quando iniciou o conflito.

Nos anos que antecederam a Guerra do Paraguai (1856-1864), Corumbá, Cuiabá e Cáceres experimentaram um dinâmico fluxo econômico devido ao acesso do grande rio ao comércio internacional mantendo, entretanto, a vigilância constante sobre as áreas disputadas.

Como parte da política de defesa, Corumbá passou a contar, a partir de 1857, com duas unidades de Artilharia e, também, com o Corpo de Artilharia de Mato Grosso. Em 30 de agosto de 1864 o presidente Lopez fez a seguinte declaração: "(...) o governo da República do Paraguai considerará qualquer ocupação do Território Oriental por forças imperiais... como atentatória ao equilíbrio dos estados do Prata, que interessa à República do Paraguai como garantia de sua segurança, paz e prosperidade, e com protesto da maneira mais solene contra tal ato, eximindo-se de responsabilidade por acontecimentos ulteriores à presente declaração"[56].

---

[54] SOUSA, Lécio Gomes de. "A invasão de Mato Grosso através do eixo fluvial". *Revista Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército/Secretaria do Ministério da Guerra, out./dez.,1965, p. 76.

[55] *Loc. cit.*

[56] *Ibidem*, p. 72.

Apesar do ultimato de Lopez enviada ao governo brasileiro em agosto de 1864, somente em 19 de outubro o presidente da Província Alexandre Manoel Albino de Carvalho, já exonerado e à espera de Frederico Carneiro de Campos, seu substituto, recebeu um aviso confidencial do comandante da esquadra brasileira no Prata, Visconde de Tamandaré, e do ministro em Assunção, Viana de Lima, a respeito das intenções hostis de Solano Lopez. Só aí foram tomadas as primeiras providências relativas à organização da defesa. Em outubro, às vésperas da invasão, começaram as articulações das forças terrestres e fluviais de Mato Grosso.

Corumbá contou com o 2º Batalhão de Artilharia a pé, sob o comando do tenente Carlos de Morais Camisão. Para Coimbra, seguiu o tenente-coronel Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero. Cuiabá lançou mão da Guarda Nacional, com 231 elementos, por não ter tropa de linha. A Província dispunha de 875 homens para sua defesa, todos dispersos pelos principais pontos da Província.

O ultimato de 30 de agosto de 1864 foi reafirmado em notas de 3 e 4 de setembro e assumiu o perfil de *estopim* da explosão da guerra. Dependia apenas de um motivo para que fosse acionado.

As *Instruções* do general paraguaio Francisco Solano Lopez designavam três colunas e uma flotilha para ocupar Mato Grosso. O plano de invasão envolvia dois pontos de combate militar: um fluvial, via rio Paraguai, e outro terrestre, que alcançava Bela Vista e Ponta Porã[57].

4.4. Aprisionamento do vapor Marquês de Olinda;

Apesar de um estado virtual de Guerra e do alto risco que o cruzamento do rio em águas paraguaias representava, na noite de 10 de novembro de 1864 fundeava em Humaitá um navio pertencente à Companhia Brasileira de Vapores que, pelos rios Paraná e Paraguai, fazia o transporte entre Montevidéu e Corumbá. Era o paquete *Marquês de Olinda*, o qual trazia a bordo um novo presidente para a Província de Mato Grosso, coronel Frederico Carneiro de Campos, e sua comitiva.

Como autoridade provincial, Carneiro de Campos portava despachos do Governo imperial e dinheiro. Depois de cumprir protocolo de inspeção alfandegária em

[57] TASSO FRAGOSO, Augusto. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1960, vol. 5, p. 433-458.

Humaitá, a embarcação devia seguir rumo a Mato Grosso. Entretanto, depois de dispensado, o navio sofreu diversas retenções antes de ancorar no porto de Assunção. Foi liberado, mas desde *Humaitá* a embarcação seguia em marcha lenta, por ordem das autoridades paraguaias. Finalmente, na tarde de doze de novembro, o *Taquari*, o melhor vaso de guerra paraguaia, recebeu ordens de perseguir o *Marquês de Olinda*, águas acima.

Em *Potrero-Poña,* ao sul de Concepção e a 66 quilômetros de Assunção, o navio brasileiro foi alcançado e intimado a retornar a Assunção, sob a guarda do *Taquari* e de botes armados. Em 13 de dezembro de 1864 foi anunciado o rompimento das relações diplomáticas entre Paraguai e Brasil. Segundo o alemão Louis Schneider[58], que participou do cotidiano das forças aliadas, a legação brasileira, representada pelo ministro Vianna de Lima, julgava que lhe seria concedida a retirada do *Marquês de Olinda*, porque mesmo em caso de guerra não havia explicação para o aprisionamento de um vapor de passageiros. Entretanto, todos os protocolos diplomáticos foram descumpridos.

4.5.O destino dos tripulantes e passageiros

Tripulantes e passageiros caíram presos e o navio Marquês de Olinda acabou incorporado à Marinha paraguaia. Encontrava-se em Assunção o diplomata norte-americano M. Washburn que imediatamente alertou Solano Lopez sobre a gravidade da detenção de um ministro de Estado. Então, para não causar dissensão com os Estados Unidos, Solano Lopez autorizou, em 29 de novembro, a transferência da legação brasileira para Buenos Aires mantendo preso, entretanto, o coronel Carneiro de Campos[59].

Segundo Schneider, as condições materiais e o destino dos passageiros do paquete *Marquês de Olinda* tornaram-se dramáticas: "(...) Os brasileiros, considerados prisioneiros de guerra, foram levados para terra e encarcerados... Os míseros

[58] SCHNEIDER, Louis (Conselheiro privado e leitor de S. M. o Imperador da Alemanha e Rei da Prússia). *A Guerra da Tríplice Aliança* – Império do Brasil, República Argentina e República Oriental do Uruguai contra o Governo da República do Paraguai (1864-1870). Traduzido do alemão por Manoel Thomaz Alves Nogueira; anotado por José Maria da Silva Paranhos. Rio de Janeiro: H. Garnier-Livreiro Editor, 1902, V. 1, p. 102-105.

[59] CARVALHO, Miguel Joaquim Ribeiro (Capitão de Mar e Guerra). Carta datada de 26 de agosto de 1869 ao chefe do Corpo de Fazenda, enviada por João Maria Coelho de Almeida. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá: IHMT, 1933, p.159-169.

empregados do governo brasileiro foram sujeitos ao pior tratamento e nenhum deles sobreviveu à Guerra. Foram internados pelo país, e morreram principalmente de fome, porque ninguém ousava dar-lhes cousa alguma, ainda que Solano Lopez tivesse marcado para cada um deles uma ração inteira e o meio soldo de uma praça..."[60] . Essa declaração extremada de Schneider de que ninguém teria sobrevivido ao aprisionamento foi lançada por terra pelas fontes examinadas, conforme discorreremos a seguir.

A captura do vapor brasileiro transportando um representante do Estado Brasileiro marcou o início da Guerra e desencadeou a invasão de Mato Grosso. As primeiras vítimas do conflito foram, portanto, os tripulantes e passageiros do *Marquês de Olinda*, os quais, tão logo desembarcados, começaram a peregrinar pelos presídios paraguaios.

No vapor aprisionado *Marquês de Olinda*, embarcação encontravam-se passageiros, como Frederico Carneiro de Campos, João Coelho de Almeida, Antônio Nunes da Cruz, Joaquim Paula Reis, Manoel Luiz da Silva Souto, José Antônio Rodrigues Braga, Agnelo de Faria Pinto Mangabeira, Clião Pereira Arouca, Antonio Antunes da Luz. Este último era veterano da Campanha contra Oribe e Rosas (1851-1852) e estava em trânsito para ocupar o cargo de 1º. Cirurgião do Hospital Militar de Cuiabá.

Em cativeiro o médico Antônio Antunes da Luz vivenciou o quadro de sofrimento de seus patrícios, oferecendo-lhes assistência médica, testando ervas medicinais para as diversas enfermidades que acometiam os brasileiros em espaço paraguaio. Segundo Souza Doca[61], o médico Antonio Antunes da Luz morreu de fome no Paraguai em 1867. Antunes da Luz percorreu com seus companheiros um longo itinerário de suplícios, como o Quartel da Ribeira, Capela de São Joaquim, Villeta, Humaitá, Vila do Pilar, Porta do Boqueirão e Passo Pucu[62].

Entre os viajantes do paquete aprisionado estava João Coelho de Almeida, oficial do corpo de comissários da Armada, filho do tenente-coronel Vicente Coelho e

[60] SCHNEIDER, Louis. *A Guerra da Tríplice Aliança... Op. cit.* p. 102-103.

[61] SOUZA-DOCA. *Causas da Guerra com o Paraguai, autores e responsáveis*. Porto Alegre: Livraria Americana-Cunha, Rentzs &C., 1919, p. 219.

[62] LEMOS BRITO, José Gabriel. *Guerra do Paraguay – narrativa histórica dos prisioneiros do vapor "Marquês de Olinda"*. Bahia, Lit.Tip. e Encadernação Reis & Cia, 1907. (baseado no depoimento do prisioneiro Clião Pereira Arouca).

irmão do tenente-coronel Antônio Maria Coelho, comandante da operação conhecida como *Retomada de Corumbá*. Embora Schneider tivesse afirmado que nenhum dos passageiros capturados no *Marquês de Olinda* teria sobrevivido à Guerra, João Coelho de Almeida ficou prisioneiro entre 1864-1869 e foi um dos raros que escapou com vida, após privações e horrores sofridos nos acampamentos paraguaios.

Nas memórias de João Coelho de Almeida escritas a bordo do *Pontão Elisa*, Assunção, um ano antes do fim do conflito constam que ele próprio enviou, em 26 de agosto de 1869, uma carta a Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, Capitão de Mar e Guerra e chefe do Corpo de Administrativo da Fazenda, narrando os difíceis momentos vividos pelos tripulantes presos desde o início da Guerra[63].

Ao receber a notícia da suposta vitória do Paraguai, em *Tuyuti* o Coronel Frederico Carneiro de Campos, de idade avançada, adoeceu, vindo a falecer em 3 de novembro de 1867. Em dezembro de 1867, João Coelho de Almeida testemunhou também a morte de Antônio Nunes da Cruz e do tenente coronel reformado da Armada Manoel Luiz da Silva Souto.

Nos primeiros dias do mês de janeiro de 1868 ocorreram também as mortes de José Antônio Rodrigues Braga e de Agnelo de Faria Pinto Mangabeira, tendo sucumbido quase todos por inanição e por falta de remédios. Calabouço, enfermidade, falta de vestuário, alanceamento de presos que não podiam seguir determinadas marchas, açoites e fuzilamentos fizeram parte das amargas lembranças de João Coelho de Almeida, ao cair prisioneiro durante a captura do paquete *Marquês de Olinda*, em 1864: "(...) Vi até fuzilar uma pobre velha, decepar crianças e açoitar atrozmente muitas mulheres...A mortandade era considerável. Os fuzilamentos não cessavam; todos os dias, ao amanhecer, retiravam dos calabouços grande número de cadáveres dos que sucumbiam a fome e as flagelações... De Cerro Leão fomos amarrados para as Cordilheiras. Durante a marcha os que cansavam eram lanceados e os alimentos tornaram-se tão escassos que vi-me obrigado a comer couro seco de boi, cascas de laranjas, ossos, etc.[64]"

[63] COELHO DE ALMEIDA, João Maria (1869). Carta enviada ao Capitão de Mar e Guerra Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, chefe do corpo de fazenda. In: RODRIGUES, Firmo J. "Heróis no sofrimento". *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá: IHMT, 1933, p. 157-169. Tomos XXIX e XXX.

[64] *Loc. cit.*.

De acordo com a narrativa dos prisioneiros contida na obra *Guerra do Paraguai - narrativa histórica dos prisioneiros do vapor Marquês de Olinda*, organizada por José Gabriel Lemos Brito, apenas Clião Arouca e João Coelho de Almeida sobreviveram depois da captura do navio[65]. Ambos foram libertados em agosto 1868, alcançando o Rio de Janeiro em 15 de setembro do mesmo ano a bordo do vapor Marcílio Dias.

5. A INVASÃO DA PROVÍNCIA

Treze dias depois do sofreamento do *Marquês de Olinda* a esquadra inimiga, comandada por Vicente Barrios, atracou a nove quilômetros de Coimbra. Os soldados desembarcaram, sitiaram o Forte e tomaram posição para o início do bombardeio. Só na manhã seguinte as sentinelas do sítio perceberam a presença paraguaia. A praça constituía-se de 115 combatentes, entre soldados e oficiais, e abrigava, ainda, os familiares da guarnição de Coimbra. Por ordem de Portocarrero, dirigente da Fortaleza, a lancha *Jaurú*, sob o comando do tenente Hipólito de Simas Bitencourt, partiu para Corumbá destinado a dar notícia da iminência do ataque a Coimbra.

Em 27 de dezembro Barrios[66] enviou uma intimação de rendição ao Forte. A notificação foi rejeitada e Portocarrero determinou o ataque à esquadra inimiga, dispondo da canhoneira *Anhambay*, sob o comando do tenente Balduíno José Ferreira de Aguiar, que avançou rio abaixo, abrindo os primeiros disparos da Guerra. Realizados estes atos, o tenente retornou ao Forte à espera dos acontecimentos. Meia hora depois a esquadra de Barrios iniciou o bombardeamento à distância. À tarde, sob a cobertura da canhoneira *Anhambay*, teve início o combate de artilharia.

---

[65] LEMOS BRITO, José Gabriel. *Guerra do Paraguay...Op. cit.*

[66] Vicente Barrios foi um antigo discípulo de Portocarrero durante a Missão Militar Brasileira, quando o Brasil encaminhou nos anos de 1851 e 1852 alguns instrutores de artilharia ao Paraguai para ajudar organizar e instruir o exército paraguaio. À época, armas e munições foram fornecidas pelo Império, com o objetivo de alijar Rosas do poder. Tanto Barrios quanto Lopez, referia-se a Portocarrero como *Mi Maestro.* Tratamento que expressava as boas relações mantidas entre Brasil e Paraguai até a queda de Rosas. A relação amistosa com o Paraguai na era de Carlos Lopez deveu-se ao empenho de José Antônio Pimenta Bueno, o marquês de São Vicente, que como ministro do Brasil em Assunção, incentivou o ditador a defender-se das intenções imperialistas de Rosas. Segundo as informações de Max Justo Guedes, *Humaitá*, a quase inexpugnável fortificação paraguaia, teria sido idealizada pelo plenipotenciário José Antônio Pimenta Bueno – depois marquês de São Vicente. Cf. GUEDES, Max Justo - *A Guerra: Uma Análise*. In: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães. *Guerra... Op. cit.* p. 57. Ver também SCHNEIDER, Louis. *A Guerra da Tríplice Aliança... Op. cit.* p. 119.

Enquanto a artilharia lutava, a melhor infantaria do exército paraguaio, comandada por Luiz Gonzalez, avançou pela mataria circunstante da praça e foi recebida por forte tiroteio, arrefecendo o assalto. À noite foram suspensas as operações de ataque, com regresso dos sitiantes ao acampamento, situado a 9 quilômetros da praça. Não há registros sobre o número de baixas ocorridas[67].

Apesar dos dados oficiais, o jornal oficioso *"El Semanario"* indicava os números de 42 mortos e de 164 feridos, e um prisioneiro, resultando efetivamente, em 206 baixas. Quanto ao relatório de Portocarrero, não há registro a respeito de soldados desaparecidos ou mortos[68].

Esgotada a munição do Forte a situação ficou insustentável. Portocarrero convocou um conselho para decidir a retirada de Coimbra. Na noite de 28 de dezembro, a bordo do *Anhambay*, a guarnição da praça subiu o rio Paraguai rumo a Corumbá[69].

5.1. Coimbra se rende... e o barão é portador da má notícia....

Antes mesmo de ter deflagrado a Guerra contra o Paraguai, Joaquim José Gomes da Silva já prestava serviços ao Império brasileiro, sobretudo ao transformar sua fazenda Piraputangas em sentinela avançada do *Comando de Armas da Província*, sediado em Corumbá. Com essa missão tomada para si Joaquim José Gomes da Silva, juntamente com os habitantes da região, controlava qualquer movimento que representasse perigo e insegurança, principalmente no rio Paraguai, área de passagem obrigatória dos possíveis invasores. Assim que constatou a presença paraguaia em solo sul mato-grossense Gomes da Silva partiu no início do mês de janeiro de 1865 para dar ciência à Corte, numa viagem que durou quarenta e sete dias – entre marchas e pousos. O fazendeiro Gomes da Silva alcançou Rio de Janeiro em 22 de fevereiro de 1865. Por este feito e outros serviços prestados ao Império, muito antes da deflagração da Guerra, Gomes da Silva ganhou em reconhecimento do Imperador D. Pedro II, o título nobiliárquico de Barão de Vila Maria[70].

---

[67] SOUSA, Lécio Gomes de. *Revista Militar... Op. cit.*, p. 76-85.

[68] *Ibidem*, p. 115.

[69] *Loc.cit.*

[70] RIO BRANCO, Barão do. *Efemérides Brasileiras*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações exteriores, 1946, p. 28.

Um documento do Comando Geral e Corumbá escrito pelo coronel Carlos Augusto de Oliveira, constante no Relatório de Leverger, apresenta registros sobre o esforço do barão em estabelecer um forte foco de resistência, a despeito dos interesses opostos dos comandantes de operações: "(...) duzentas espingardas e cartuchame para armar seus camaradas e agregados, ao mesmo tempo em que enviava ao Comando Geral de Corumbá 12 escravos por ele alforriados para assentarem praça, e seus próprios dois filhos. O mais velho, de nome Firmino, tido de um primeiro casamento, viria a ser morto pelos paraguaios. Desse ato o barão faz referência em seu testamento com visível sentimento de revolta e orgulho ao mesmo tempo, pois, no entrevero armado, o seu filho abatera três dos soldados paraguaios que foram ao seu encalço" [71].

5.2.A retirada "*sem nem ter visto os olhos o inimigo"*

Em 31 de dezembro Barrios determinou o deslocamento das forças para Corumbá. Duas colunas saíram de Coimbra: uma por terra, com o objetivo de ocupar a povoação de Albuquerque e a fazenda Piraputangas, do barão de Vila Maria e, outra coluna pelo rio Paraguai, rumo a Corumbá. Mas Albuquerque e Piraputangas já haviam sido evacuadas quando da ocupação paraguaia.

Na manhã do dia 2 de janeiro de 1865, tomado por um incontido pânico e por um ato inconseqüente, o coronel Carlos Augusto de Oliveira, responsável pela defesa de Corumbá, determinou a retirada da localidade, *sem nem ter visto os olhos o inimigo* – expressão do Presidente da Província Manuel Albino de Carvalho usada no conteúdo da Resolução Provincial de 3 de março de 1865 – conforme relatou Augusto de Leverger, Vice-Presidente da Província de Mato Grosso: "... Passado dois dias (da ocupação de Coimbra) caiu a inerme Freguesia de Albuquerque em poder do inimigo, que no dia 3 ocupou a Vila de Corumbá, evacuada sem resistência, por sua guarnição e quase totalidade dos seus habitantes" [72].

A lancha *Jauru*, sob o comando do tenente Balduíno, seguiu rio acima rumo a Cuiabá, conduzindo algumas famílias e o cofre da Alfândega. O *Anhambay* partiu logo

[71] Cf. LEVERGER, Augusto. *Relatório do Vice-Presidente da Província de Mato Grosso*- chefe de Esquadra. Cuiabá: Assembléia Legislativa Provincial/Tipografia de Souza Neves, 17 de outubro de 1865, p.5. (Coleção Pedro Teixeira).

[72] *Loc. cit.*

em seguida comandado por José Israel Alves Guimarães. Diante da notícia da invasão, o pânico tomou conta da vila dando início à corrida arrebatada em busca de lugares nos poucos barcos disponíveis.

5.3. Uma marcha entre corixos, vazantes e baías....

Aqueles que não conseguiram um lugar a bordo aventuraram-se em fugir em canoas a vela ou remo. Dada a escassez de embarcações, o vapor *Anhambay* teve que conduzir os passageiros, o comandante da flotilha e o 2° batalhão de Artilharia a pé até o porto Sará, na margem direita do rio São Lourenço e dali voltou para acudir outros retirantes que vinham atrás em uma escuna de propriedade particular[73].

Os vapores inimigos, depois de capturar inúmeros fugitivos, alcançaram o trecho do Sará. Os retirantes deixados ali pelo *Anhambay* se dirigiram para uma fazenda do interior. Desse ponto, os fugitivos de Corumbá iniciaram uma penosa marcha pelos pantanais, por terras perigosas e desconhecidas[74] .

Segundo a narrativa de Rondon na obra *Corumbá – Sua Retomada do poder do Inimigo*, publicada em 1934, a iniciativa do tenente João de Oliveira Melo pôs a salvo grande parte dos fugitivos. Na retirada estratégica para escapar da perseguição do inimigo foram abandonadas as canoas e todos desceram na região do Bananal, no Alto Paraguai[75].

Os retirantes internaram-se pelos banhados do São Lourenço, sob a chefia do tenente Melo, realizando a tremenda travessia rumo a Cuiabá. Acossados, os fugitivos venceram uma marcha superior a cem léguas entre pantanais permeados de corixos, vazantes e baías. Foram quatro meses de travessia embaixo da chuva incessante, fenômeno habitual entre janeiro a abril. Enfim, a expedição conseguiu alcançar o Coxipó da Ponte, salvando 230 praças e 249 civis, entre velhos, mulheres e crianças[76].

Depois da agitação inicial causada pelas notícias da invasão de Corumbá, as autoridades mato-grossenses intensificaram a organização das forças de resistência. O Presidente da Província Albino de Carvalho desenvolveu um programa de ações para

[73] *Loc. cit.*

[74] SOUSA, Lécio Gomes de. *Revista Militar... Op. cit.*, p.91.

[75] RONDON, Cândido Mariano da Silva. "Corumbá – sua retomada do poder do inimigo". *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Tomo XXXV a XXXVIII Cuiabá: Escolas Profissionais Salesianas, 1936-1937, p.21-36.

[76] RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Revista do Instituto... Op. cit.*, p. 21-36.

impedir a invasão de Cuiabá. Confiou a Portocarrero, ex-comandante do Forte de Coimbra, a defesa da capital e a fortificação de Melgaço. Além disso, determinou a partida da flotilha de pequenos vapores ao encontro dos fugitivos de Corumbá e convocou a Guarda Nacional para dar providências de mobilização[77].

5.4 Melgaço, o antimural da Província

A insegurança, o medo e os rumores infundados de que os paraguaios remontavam o rio fizeram oficiais e soldados a abandonar a localidade de Melgaço. Nesta circunstância o chefe da esquadra, Augusto de Leverger, já idoso sexagenário, de saúde combalida, temendo o destino da Província, se ofereceu, em 20 de janeiro de 1865, para comandar a resistência em Melgaço, transformando o local no "antemural de Cuiabá e do Brasil", nas palavras de Taunay seu primeiro biógrafo [78].

Leverger assumiu o cargo de Comandante Superior interino da Guarda Nacional e ocupou, sem demora, o desfiladeiro de Melgaço. Logo, as fortificações foram reconstruídas e as forças defensivas articuladas. Embora tivesse a nacionalidade francesa, Augusto de Leverger foi reconhecido mais tarde como inigualável fronteiro, sendo homenageado com o título de Barão de Melgaço e com a divisa de *sempre pronto*[79] .

João Manoel Augusto Leverger ocupou cargos e posições importantes em cenário mato-grossense, entre as quais se destacaram a Presidência da Província de Mato Grosso, entre os anos de 1851 a 1857. Como vice-presidente governou Mato Grosso nos anos de 1863, 1865, 1866 e 1869.

Albino de Carvalho, Presidente da Província, no afã de organizar a defesa, mandou reforçar a artilharia da guarnição de Melgaço, além de enviar, através de Goiás, diversas diligências expressas ao Governo imperial, relatando a difícil situação militar da Província de Mato Grosso.

[77] SOUSA, Lécio Gomes de. *Revista Militar... Op. cit.*, p.98.

[78] Taunay, Visconde. *Augusto de Leverger* – Almirante Barão de Melgaço (Antemural do Brasil em Mato Grosso). Com um complemento da lavra de Virgílio Corrêa Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1931, p.4.

[79] *Loc.cit.*

Apesar do empenho administrativo do Barão de Melgaço, o quadro geral da Província ainda era desesperador. Sem recursos e quase sem meios próprios de resistência, a fome e a miséria assolaram a população.

Em 12 de outubro de 1865, o presidente e comandante das Armas da Província de Mato Grosso, Joaquim Felicíssimo d'Almeida Louzada, em correspondência enviada a uma autoridade da Corte Imperial, expressou sua indignação frente ao infortúnio dos mato-grossenses, no primeiro ano da Guerra do Paraguai:" (...) Até hoje ainda aqui não chegou auxílio algum, vindo de fora, estamos sem vintém nos cofres públicos, e não sabemos que fim levou uns cem contos que há tempos para cá mandou o Governo; a tropa está desfardada e não temos fardamento para dar-lhe"[80].

O documento é rico em detalhes sobre os moradores e os prisioneiros durante o estado de guerra: "(...) Segundo informações dadas por um paraguaio desertor, tem o inimigo nos Dourados cem praças mortas a fome e nuas e um vapor, o Anhambaí, muito estragado e fazendo muita água; no [porto] Corumbá mil praças, comandadas pelo célebre Resquín, que atacou o Distrito de Miranda, e um vapor, o Salto de Guaira; em Coimbra trezentos homens, comandados por um Major Gonçalo, e um vapor, o Apa"[81].

Joaquim Louzada, além de apresentar dados sobre as forças inimigas, informou sobre a debilidade moral das forças de Mato Grosso: " ...Calcula-se que em todo o Distrito de Miranda pode o inimigo ter uns três mil homens, espalhados por diferentes lugares.(...) Com isto só aqui chegara em fins de dezembro com gente cansada e inutilizada, e em tempo em que nada se poderá fazer por estarem os campos e os pantanais alagados, acrescendo-se o vir aumentar-nos a fome, de que já sofremos horrivelmente"[82] .

A escassez de sal, toucinho, sebo, farinha, arroz, milho e carne seca determinaram o encarecimento desses produtos. Trancada a porta principal do rio

[80] LOUZADA, Joaquim Felicíssimo d'Almeida. "Carta enviada às autoridades da Côrte Imperial, datada de 12 de outubro de 1865". Conforme as informações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os manuscritos desse documento pertenciam à Profª. Fernanda Semola, do Arquivo do Barão de Mesquita, seu tetravô, ou do Conde Bonfim, seu trisavô. O documento foi copiado por Hélio Vianna para o cuiabano Virgílio Corrêa Filho. Supõe-se que o destinatário tenha sido o Visconde do Rio Branco. Não é possível saber qual era o cargo do remetente ou a que partido político pertencia. Uma pista é dada pelo autor da carta ao enviar recomendações aos senhores Pena e Carlos que talvez fossem parlamentares mato-grossenses. Cf. *Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Lata 762; pasta 29.

[81] *Loc. cit.*

[82] *Loc. cit.*

Paraguai, o quadro material da população da Província de Mato Grosso agravou-se sensivelmente pela falta de suprimentos. Almeida Louzada reclamava destas condições: "(...) Toda essa gente está nua, e sustenta-se só e unicamente de carne sem sal tirada de nossas fazendas, que estão se acabando. Os lavradores todos estão sem armas"[83] .

Louzada queixava também do descaso Imperial em relação à Província invadida: "(...) Nunca aqui veio, e nem há de vir Presidente com piores auspícios do que o Sr. Drago; antes de chegar já todos os aborrecem(cinco palavras ilegíveis), e o Governo não vê isto! Para o Rio Grande do Sul foi sua Majestade em pessoa com seus genros, Ministro da Guerra, levando o Presidente por diante, etc.,etc., e para Mato Grosso, há um ano, nem um tambor, e nos mandam um Dragão!!! (sic)" [84]

A *Carta* sugere ainda que os paraguaios tivessem a intenção de ceder ou vender Corumbá para a Bolívia: "(...) Consta aqui que os paraguaios de Corumbá têm nova estrada que abriram para S. Coração, freqüentes comunicações com os bolivianos, a quem querem ceder ou vender Corumbá, que dista de S. Coração oito dias de bom caminho. No estado de anarquia e desgoverno em que sempre está Bolívia, receio alguma água suja nesse negócio. Rogo a V. Ex.a. Se digne recomendar-me aos Srs. Dr. Pena e Carlos. Sou com maior respeito e consideração"[85] .

5.5. Em poder dos paraguaios....

O Presidente Albino de Carvalho tratou de constituir a Guarda Nacional sob o comando de uma Brigada. Nesta circunstância, o Destacamento do Passo do rio São Lourenço foi reforçado sob a guarda avançada das forças em operações do Capitão Antônio Maria Coelho. Os batalhões deviam estabelecer relação direta entre a capital e o rio Aricá. Assim, com o campo entrincheirado da capital estava teoricamente efetivada a defesa central do Governo da Província. Conforme, ainda, o Relatório do vice-presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, a três de janeiro a divisão paraguaia cautelosamente aportou e ocupou, sem glórias, a cidade de Corumbá: "(...) Senhor da navegação do Paraguai e da parte inferior dos seus afluentes, o inimigo assanhou-se em perseguir os inermes fugitivos de Corumbá e de Albuquerque..." [86].

[83] *Loc. cit.*

[84] Loc.cit

[85] *Loc. cit.*

[86] LEVERGER, Augusto. *Relatório do Vice-Presidente... Op. cit.,* p. 8.

Os invasores assumiram o controle do porto e das cercanias da cidade. A produção bovina existente na região de Albuquerque foi tomada para o abastecimento das tropas inimigas. Durante a enchente os paraguaios, embarcados na canhoneira denominada *Japorá*, alcançaram a fazenda Firme, área importante de criação de gado e eqüidistante a mais de duas léguas do leito do Paraguai, de onde confiscaram grande quantidade de reses. A enchente possibilitou, portanto, que os invasores penetrassem no Pantanal da Nhecolândia, alcançassem o rio Negro e chegassem até ao capão próximo da fazenda Firme que, depois dessa passagem, ficou batizado com o nome de *Japorá*.

Barrios e sua expedição operavam na grande via fluvial do Paraguai, ocupando a fortaleza de Coimbra e a vila de Corumbá. Outra expedição com vários regimentos de cavalaria, um batalhão da infantaria paraguaia e uma bateria de 5 mil homens, oriundo de Concepção, dirigiu-se para as imediações das cabeceiras do Apa, no Distrito de Miranda, e rendeu a guarnição brasileira com cerca de 200 praças do Corpo da Cavalaria da Província e do Batalhão de Caçadores com pouco mais de 40 soldados. Grande parte da Província e, sobretudo, a região dos rios Miranda, Coxim e Aquidauana caiu em poder dos invasores[87].

5.6. A Retomada de Corumbá

De 1864 a 1867, Corumbá e seu porto ficaram ocupados pela esquadra paraguaia sob comando do Capitão de Fragata Pedro Inácio Meza. Por dois anos e meio, a cidade permaneceu sob o jugo paraguaio. Sem apoio logístico e, portanto, sem defesa, a área só foi retomada em 13 de junho de 1867 por uma expedição fluvial comandada por Antônio Maria Coelho que partiu de Cuiabá[88].

Nessa época, ocorreu a mudança do governo da Província. Albino de Carvalho foi substituído por José Vieira Couto Magalhães. O novo Presidente, ao avaliar a gravidade da presença paraguaia em áreas estratégicas do rio Paraguai resolveu organizar e dirigir o 2º Corpo Expedicionário de Mato Grosso. Confiou o comando ao

[87] SCHNEIDER, Louis. *A Guerra da Tríplice Aliança... Op. cit.* p.126.

[88] MACIEL, José de Barros. *A Pecuária nos Pantanais de Mato Grosso*. Tese apresentada ao 3 º Congresso de Agricultura e Pecuária pelo Congressista José de Barros Maciel, criador e presidente da Sociedade Agropecuária de Mato Grosso. São Paulo: Imprensa Metodista, 1922, p. 16.

então Tenente Antônio Maria Coelho, que seria auxiliado pela Esquadrilha do Comandante do *Anhambay*.

A concentração foi realizada na encosta da Serra dos Dourados, à margem direita do rio Paraguai, subdividindo o Corpo Expedicionário em duas colunas: A vanguarda comandada por Antônio Maria Coelho e a grande parte da expedição ficou sob direção imediata do Presidente da Província. A Flotilha obedecia às ordens do Comandante Balduino de Aguiar. Todo o plano de operação foi concebido considerando a superioridade naval dos paraguaios.

Para o ataque à praça ocupada, os expedicionários deviam organizar a *surpresa tática*, pois a investida pelo álveo do rio Paraguai seria uma imprudência. Decidiu-se pela tática do pantanal, atravessando furos e corixas.

Longe das vistas de Corumbá, Antônio Maria acompanhado do 1º Batalhão Provisório e algumas peças de artilharia penetrou no furo do Paraguai-Mirim. Com o auxilio dos conhecedores dos segredos fluviais e do Pantanal, o cuiabano atravessou, na noite de 11 de junho, o rio Paraguai, ao sul de Ladário, na altura de uma localidade de nome *Barrote*. Pressentindo o perigo Antônio Maria Coelho tomou a frente buscando um caminho que permitisse a marcha segura de sua coluna. Chegou a ficar uma noite inteira extraviado de seu batalhão que tateava na escuridão.

Não dava para esperar o reforço da expedição de Couto Magalhães, Presidente da Província, munida de chatas e lanchões que deviam conduzi-los pelos pantanais. A demora representava o risco de a expedição ser avistada pela vigilância do inimigo. Diante dessa circunstância o comandante da Expedição, Antônio Maria Coelho resolveu ordenar a marcha sobre a guarnição de Corumbá. A campanha empreendida para resgatar o espaço corumbaense alcançou seu objetivo em 13 de junho de 1867, data que ficou conhecida como *Retomada de Corumbá* e que rendeu a Maria Coelho o título de barão do *Amambaí*, além do prestígio que lhe garantiu o cargo de primeiro governador do Mato Grosso após a proclamação da República.

Sobre a *Retomada*, Rondon da conta que entre veredas e picadas a expedição penetrou na Praça entrincheirada de Corumbá e às 14 horas e trinta minutos do dia 13 de junho de 1867, duas Companhias ficaram sob o Comando de Oliveira Melo com a missão de atacar os vapores no porto e de impedir o embarque e desembarque. Quatro outras companhias tomaram de assalto as trincheiras. A rua 15 de agosto foi palco do

embate embora os combatentes tivessem tido o cuidado em proteger as casas da vila e segundo o relatório de Antônio Maria Coelho a ofensiva deixou vinte e um feridos e oito mortos: "(...) Em peleja corpo a corpo perece o Comandante da 3ª. Companhia, o glorioso Capitão Cunha e Cruz. A vitoria foi completa. O êxito do plano de operação absoluto. O inimigo perde o Comandante da praça, seis oficiais e cento e vinte e um soldados"[89].

O Capitão Tenente Balduino, no comando do vapor de Guerra Antônio João, e o Major Antônio José da Costa, no comando das Forças estendidas na barranca do Alegre singraram as águas do rio Paraguai. Unidos, lançaram fogos, resgataram o vapor *Jaurú* e obrigaram o inimigo a se retirar seriamente avariado. A vitória da região do Alegre corroborou a retomada definitiva de Corumbá, a famosa Praça de Guerra em poder do inimigo desde o início do conflito. Nas palavras de Rondon, "aí foi posto remate à Guerra, no teatro de Mato Grosso "[90].

A Retomada de Corumbá foi possível, principalmente, porque grande parte do exército paraguaio já havia recuado, atravessando o Rio Paraná, para preparar a defesa do Paraguai na fronteira sul do Brasil. O recuo paraguaio deveu-se ao perigo que representou a vitória dos aliados na batalha do Riachuelo em 11 de junho de 1865, no rio Paraná, logo abaixo do porto fluvial de *Corrientes*. Nesta batalha foi destruída a marinha paraguaia e instituído um efetivo bloqueio da nação inimiga, mantido até o final da Guerra. Apesar dessa vitória, as tropas paraguaias permaneceram em solo aliado, precisamente em Mato Grosso, que continuou como um *front* secundário dentro da Guerra, até o momento em que foi retomada pelas tropas comandadas por Antônio Maria Coelho.

6. O FIM DA GUERRA.

O longo conflito porfiado e penoso enfrentado pelo Império brasileiro, seus aliados e o Paraguai desenrolou-se em três fases características: o primeiro compreendeu as operações efetuadas fora das terras paraguaias, cujas forças ofensivas circunscreveram à Província de Mato Grosso - no período de dezembro de 1864 a junho de 1867 ; à Província argentina de Corrientes, no ano de 1865. Nesta fase a nação

[89] RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Revista .... Op.cit.*, p. 21-36.

[90] *Ibidem*.

paraguaia desejava o domínio do estratégico rio e das terras da extensa província de Mato Grosso. A conquista desse espaço afigurava-se como uma possível solução dos problemas fronteiriços, tanto com relação à posse territorial como pelo potencial bovino que podia suprir os exércitos que deviam lutar na Guerra ardilosamente planejada por Lopez[91].

O segundo momento da Guerra envolveu as operações ocorridas às margens dos rios Paraná e Paraguai, por onde foi possível alcançar as Missões e o Rio Grande do Sul. Esta fase caracterizou-se, também, pelo cerco à grande fortaleza fluvial de *Humaitá*, conhecida como Sebastapol do Paraguai, lugar onde foi bloqueado o acesso ao rio Paraguai e à Assunção. O último estágio concentrou-se em terras paraguaias e traduziu-se na luta travada por Francisco Solano Lopes no interior da República do Paraguai em que o líder, à frente do exército, passou a defender obstinadamente o território nacional. Essa fase também é identificada como *Campanha das Cordilheiras*, a leste de Assunção, onde Solano Lopez foi caçado, derrotado e morto em *Cerro Corá* em 1^0 de março de 1870[92].

O médio e o baixo Paraguai foram áreas geográficas onde se desenrolaram as últimas operações bélicas da Guerra do Paraguai. Em abril de 1866 os soldados da força aliada invadiram algumas áreas da nação paraguaia e assentaram seu quartel-general em *Tuiuti*, logo acima da confluência dos Rios Paraná e Paraguai. Nesse local, em 24 de maio, o exército da Tríplice Aliança rebateu violentamente as investidas paraguaias e venceu a primeira grande batalha da Guerra.

Depois de três meses o mesmo exército realizou novo avanço através do rio Paraguai. Entretanto, em 22 de setembro, a coligação sofreu a pior derrota da Guerra, na localidade de *Curupaiti*. Esta investida ao longo do rio foi detida pela artilharia paraguaia e os esforços de penetração ficaram suspensos até julho de 1867, quando foi iniciado um movimento para cercar a grande fortaleza fluvial de *Humaitá*, que bloqueou o acesso ao Rio Paraguai e à capital paraguaia, Assunção. Só em agosto de 1868 os aliados lograram a ocupação de Humaitá. Em janeiro de 1869, conseguiram destruir virtualmente o exército paraguaio na batalha de *Lomas Valentinas*. Em 27 de dezembro,

[91] Bethell, Léslie - *"A Guerra do Paraguai – História e historiografia"* . In: Marques, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). *Guerra....Op.cit.*

[92] Cf. BRAZIL, Maria do Carmo. *Rio Paraguai.... Op. cit.*, 193.

as tropas vencedoras, sob a liderança e comando de Caxias, finalmente ocuparam a cidade de Assunção.

Para alcançar a vitória sobre os paraguaios as forças brasileiras precisaram enfrentar sérias dificuldades de ordem natural: os terrenos alagadiços, ou esteros, o transbordamento, os vales encharcados dos rios (Figura 1). Em muitos momentos as condições naturais complicaram as operações estratégicas da Guerra. De forma geral os diários da Campanha do Paraguai apontam que as mais duras peripécias dos soldados, principalmente dos aliados, foram vividas graças à marcha em meio a um sertão desconhecido, às montanhas alterosas e aos rios inundáveis.

6.1.Lagunas, bañados e lomas

Enquanto o General Albino de Carvalho se preocupava com o preparo da defesa da Capital, o comandante Coronel Manoel Pedro Drago marchou rumo ao sul da Fronteira, numa expedição organizada na cidade mineira de Uberaba, logo depois da declaração da Guerra. Após quase um ano de sofrimento por ínvios sertões, a tropa conseguiu atingir Coxim e aí acampou para refazer as forças. Logo o Coronel Drago retomou a marcha para Miranda sob a direção do seu segundo Comandante Antônio da Fonseca Galvão, que faleceu no Pantanal do rio Negro, vítima de um mal conhecido como *beribéri*, doença decorrente da deficiência de vitamina B1, cuja característica são inflamações simultâneas de vários nervos, edema e cardiopatia.

O Coronel Drago assumiu o comando, sendo em seguida promovido a Brigadeiro. Em janeiro de 1867 sua expedição atingiu Miranda. As barrancas do Paraná e as margens do Miranda transformaram-se em palco de dolorosas ocorrências registradas magistralmente em *A Retirada da Laguna*, obra na qual Alfredo d'Escragnolle Taunay ofereceu testemunho impressionante das condições do espaço e do espírito dos membros da Campanha[93].

George Thompson, antigo oficial do exército britânico, participou ativamente como um dos principais comandantes de Lopez. Foi capturado pelos aliados em 1868 e produziu registros valiosos sobre o universo dos núcleos de operações, organizados na obra *A Guerra do Paraguai*. Thompson descreveu as condições naturais, as variáveis e

[93] TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle. *A Retirada da Laguna*- Episódio da Guerra do Paraguai. Tradução da 5ª. edição francesa por Affonso d'Escragnolle de Taunay. 13ª. ed. Brasileira. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, Taunay,1959.

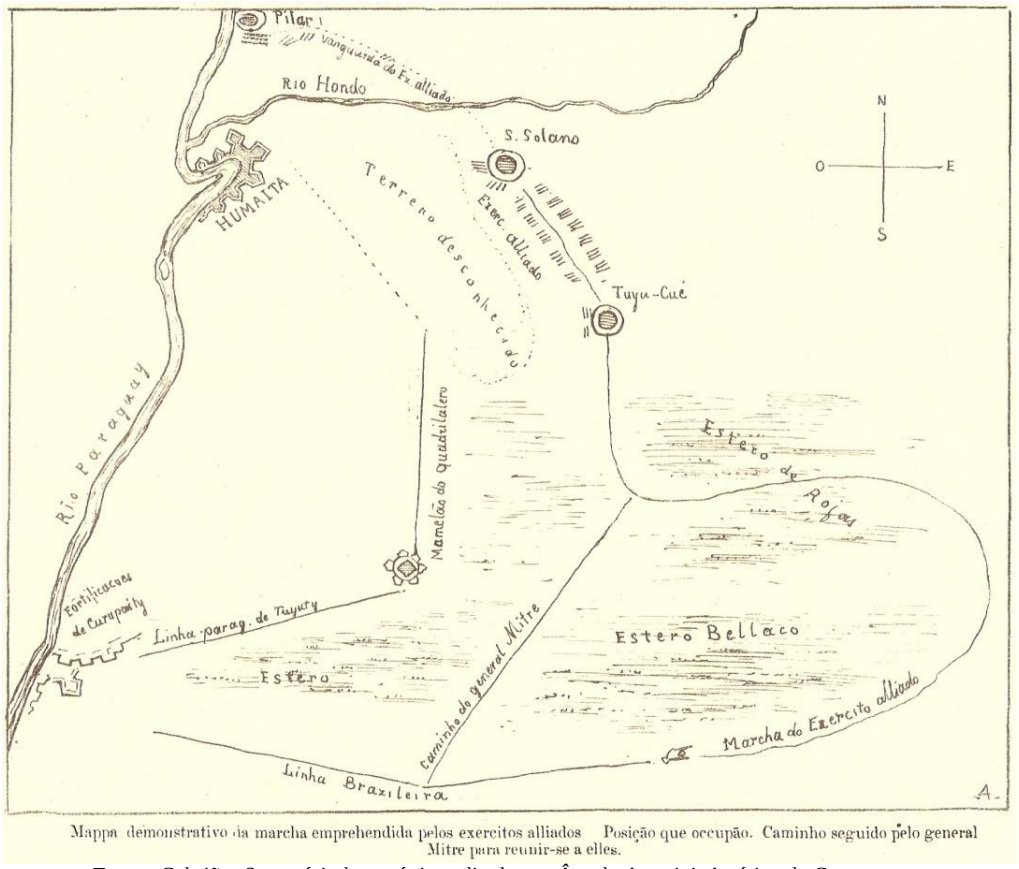
as circunstâncias das operações do campo de batalha paraguaio, realçando as características do *estero Bellaco* do Paraguai (Figura 1). De acordo com o oficial britânico citado, *estero é o* nome usado, nas fronteiras com a Argentina e o Paraguai, dados aos terrenos baixos e pantanosos, existentes junto aos rios, lagos e lagoas, ou nas imediações deles. O memorialista inglês assinalou as particularidades desse elemento constitutivo da paisagem paraguaia para mostrar os obstáculos enfrentados pelos soldados aliados nos campos de batalha[94].

Os paraguaios eram exímios conhecedores daqueles charcos, total ou parcialmente coberto de plantas aquáticas, quase intransitáveis. Cada trecho alagado era uma armadilha traiçoeira para os soldados aliados. Porém, os paraguaios transformavam esses caminhos perigosos numa tática de guerra ou numa estratégia de defesa, conforme os relatos de Thompson : "[...] A selva termina nos pantanais intransponíveis do carriçal [conjunto de plantas herbáceas, cujas raízes tem emprego medicinal] em toda a sua extensão, de sorte que os homens de Barrios teriam de avançar um a um... Através de uma espécie de picada em forma de túnel no meio da vegetação, onde os cavaleiros teriam de desmontar e puxar seus animais. Diaz deveria ter suas tropas prontas o mais perto possível do inimigo sem ser visto por este e lançar-se sobre o centro, logo que fosse dado o sinal. Resquín deveria ter suas tropas formadas antes do romper do dia atrás das palmeiras de yataity Corá, onde ficariam escondidos das vistas do inimigo"[95].

[94] THOMPSON George – *A Guerra do Paraguai*: com um esboço histórico do país e do povo paraguaio, notas sobre a engenharia militar durante a guerra. Rio de Janeiro: Conquista, 1968. THOMPSON, *George*. *Guerra* del *Paraguay*. Assunção: RP Ediciones, 1992 (1ª Edição 1869).

[95] THOMPSON George – *A Guerra do Paraguai... Op. cit.*, p. 124-125.

Figura 1 – Condições naturais e circunstâncias das operações do campo de batalha paraguaio



Mappa demonstrativo da marcha emprehendida pelos exercitos alliados Posição que occupão. Caminho seguido pelo general Mitre para reunir-se a elles.

Fonte: *Cabrião: Semanário humorístico editado por Ângelo Agostini, Américo de Camos e Antônio Manoel dos Reis: 1866-1867*.Ed. fac.similar/introdução de Délio Freire dos Santos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Arquivo do Estado, 1982, p.408.

Assim toda estratégia de Guerra tomava o rio como referência*: "*(...) O terreno entre Curuzu e Curupaiti é entrecortado de lagoas com uma extensão do lago em que se apoia a trincheira de Curuzu, e que quase alcançam o rio Paraguai. A única entrada de Curuzu a Curupaiti, estende-se, assim, ao longo das margens do rio"[96].

Louis Schneider organizou um diário de cunho jornalístico, intitulado *A Guerra de Tríplice Aliança contra o Paraguai*, colhendo depoimentos, organizando documentos oficiais da época e assinalando as estratégias militares, malogradas frente ao cenário dramático da natureza. Nesse lugar, as forças expedicionárias viam desaparecer nos rios, companheiros vencidos pela ação das águas. As imagens sombrias foram descritas por George Thompson (1968), Louis Schneider (1945), Dionísio Cerqueira (1980), Alfredo d'Escragnolle Taunay (1959) e outros memorialistas que viveram a rudeza cotidiana da Guerra.

[96] Loc. cit.

Schneider registrou, de forma minuciosa, as singularidades das *lagunas*, dos *bañados*, dos *esteros* e das *lomas*, bem como as funções desses elementos naturais nas operações de Guerra. *Lomas* é um termo espanhol que indica a declividade de pequenos morros e de coxilhas baixas estas caracterizadas por apresentar campinas com pequenas e contínuas elevações, arredondadas, típica da planície sul-rio-grandense, em geral coberta de pastagem, e onde se desenvolve a pecuária. *Bañado* em português significa pântano coberto de vegetação[97].

A dúvida e o medo de enfrentar o desconhecido ou as terras interiores da República do Paraguai prejudicaram cabalmente as estratégias de guerra. A natureza constituiu-se inegavelmente no maior inimigo dos aliados e foi o principal obstáculo das primeiras campanhas do conflito, sobretudo aquela que redundou na célebre *Retirada da Laguna*, quando as tropas brasileiras mobilizaram-se e recuaram do espaço que não lograram garantir [98].

Segundo as narrativas brasileiras de guerra foram quase quarenta dias de tormento nas garras do *cólera morbus*, do furor cego e exterminador do inimigo. Em pleno início da estação das secas, as tropas brasileiras experimentavam os efeitos do aguaçal imenso. O rio Miranda transbordava assustadoramente, transformando-se num obstáculo intransponível para um exército brasileiro extenuado. Taunay encarregado de escrever o *Diário do Exército*, a partir de seus registros dramáticos, produziu uma vasta literatura, sobre os horrores observados durante o episódio platino.

A Retirada da Laguna esboçou-se como as primeiras concepções de um projeto nacional ligado à realidade brasileira. Em 12 de junho de 1867 o chefe José Tomás Gonçalves baixou a ordem do dia, cujas palavras resumiam os acontecimentos da infausta campanha de cinco dias: "(...) A retirada, soldados, que acabais de efetuar, fez-se em boa ordem, ainda que no meio das circunstâncias as mais difíceis. Sem cavalaria contra o inimigo audaz que a possuía formidável, em campos onde o incêndio da macega, continuamente aceso, ameaçava devorar-vos e vos disputava o ar respirável, extenuados pela fome, dizimados pela cólera que vos roubou em dois dias o vosso comandante, o seu substituto e ambos os vossos guias, todos estes males, todos estes

[97] SCHNEIDER, Louis. *A Guerra da Tríplice Aliança... Op. cit.* p.85.

[98] TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle. *A Retirada da Laguna*- Episódio da Guerra do Paraguai. Tradução da 5ª. edição francesa por Affonso d'Escragnolle de Taunay. 13ª. ed. Brasileira. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, 1959.

desastres vós os suportastes numa inversão de estações sem exemplo, debaixo de chuvas torrenciais, no meio de tormentas de imensas inundações, em tal desorganização da natureza que parecia contra vós conspirar. Soldados! Honra à vossa constância, que conservou ao Império os nossos canhões e as nossas bandeiras"[99] .

Em meio às imensas inundações, Taunay observou um mundo natural e desconhecido que parecia *conspirar* contra o homem. Sua obra é o registro surpreendente de um enorme descompasso entre as condições naturais e a situação da vida nacional. As tropas tinham dois inimigos concretos: os paraguaios e as imprevistas condições naturais, materializadas nas *chuvas torrenciais* e no Pantanal *transbordante*, em plena estação da seca. Sem leito, remédio e comida muitos chegavam ao delírio ou ao suicídio. No dia 25 de maio de 1867, a coluna alcançou as margens do córrego da Prata e diante do quadro insustentável de cansaço e debilidade dos soldados que impedia a condução dos doentes foi tomada uma medida extrema de redenção das forças.

Impunha-se a decisão de abandonar os soldados atingidos pelo *cólera*, às margens do pequeno rio. A retirada da fazenda Laguna se fez em meio ao fogo do inimigo e à força das águas do rio. Para a travessia do leito recorreu-se ao uso das antigas pelotas, meios de transportes rudimentares, de pequeno porte, feita de couro de boi inteiriço, muitas vezes arrastados pelos tripulantes. Essas embarcações foram utilizadas para transportar passageiros e os parcos recursos improvisados de uma à outra margem de um rio trazendo à lembrança cenas do passado colonial ou dos tempos das *monções*.

Faltava munição e o pessoal do serviço médico foi atingido pela *febre palustre do Miranda;* as caixas de medicamentos e comestíveis foram se perdendo ou se deteriorando, devido aos acidentes de viagem. Em 12 de junho de 1867, à margem do rio Aquidauana, afluente do Miranda, o comando das forças em operações no sul de Mato Grosso reconheceu os problemas que determinaram a retirada.

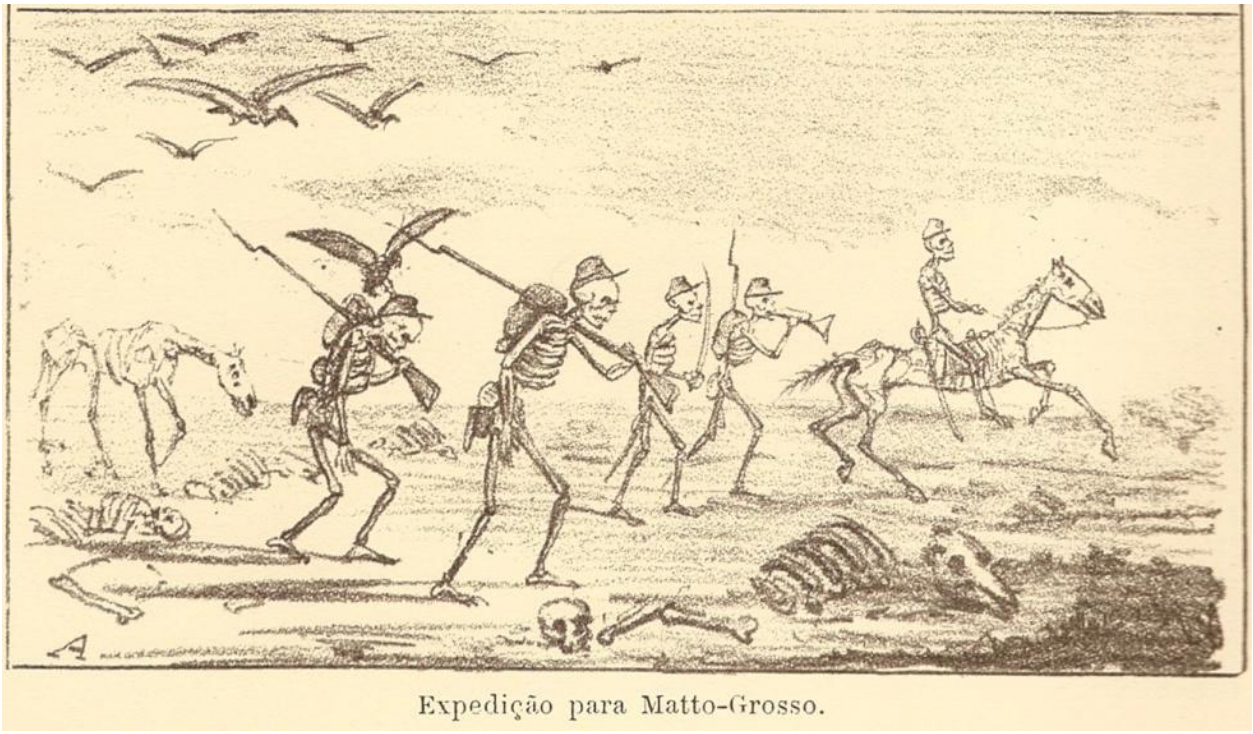
Solano Lopez, por sua vez, conseguiu ocultar-se por muito tempo, protegendo-se em lugares insondáveis, conforme relata Schneider : "(...) A segurança do acampamento (de Lopez) era completa achando-se os dois flancos protegidos por 'corrizales' e a

[99] Taunay, Alfredo d'Escragnolle. "Ordem do Dia baixada pelo coronel José Tomás Gonçalves e lavrada pelo autor por Taunay". Informação dada por Taunay em seus escritos em *"Dias de Guerra e de Sertão"* e traduzida por Afonso de E. Taunay. In: *A Retirada da Laguna*. Op. cit., p.137..

frente por lagoas e banhados, com uma estreita lomba apenas "...Só depois de seu desembarque tiveram os aliados conhecimento desta posição militar, que poderia ter sido fulminada eficaz e facilmente pela artilharia; mas, para que os fogos dos ranchos e das paragens que ocupavam, os paraguaios tinham feito fundas escavações e tapagens com ramos e folhas, de modo que só se desprendia um tênue fumo"[100] .

Enquanto os paraguaios estavam bem à vontade com suas *lomas, esteros e bañados* os soldados da força tríplice desfaleciam prostrados por inúmeras doenças, extenuados por percorrer longas distancias a pé e vitimados pelas armadilhas dos caminhos alagados que os impediam de prosseguir (Figura 1). A longevidade da Guerra pode ser também explicada pela barreira natural, pelo despovoamento do interior brasileiro, além da distância que exigia meses de marcha para se alcançar os teatros de operações (Figura 2). Os problemas logísticos, a desorganização das tropas e o isolamento da antiga província de Mato Grosso teriam sido os motivos do prolongamento da Guerra.

Figura 2. Caricatura da marcha dos combatentes brasileiros para alcançar os teatros de operações



Fonte: *Cabrião: Semanário humurístico editado por Angelo Agostini, Américo de Camos e Antônio Manoel dos Reis: 1866-1867*.Ed. fac.similar/introdução de Délio Freire dos Santos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Arquivo do Estado, 1982, p.28.

[100] SCHNEIDER, Louis. *A Guerra da Tríplice Aliança... Op. cit.* p. 80-82

6.2 Mato Grosso pós Guerra

Evidenciava-se com o Conflito que o Brasil era um país dependente da modesta navegação de alguns rios internos. Apesar das antigas fortificações coloniais, a Guerra revelou a fragilidade defensiva do país em relação à Província de Mato Grosso (Figura 2), sobretudo, no momento em que foi vedada a principal entrada do grande rio transnacional às suas mais altas vertentes[101].

Além do problema das vias de acesso interno e questões de limites, havia ainda o problema de abastecimento dos soldados e a falta de transporte para conduzir as tropas até o teatro de operação – sul do Brasil e Mato Grosso. Os soldados, por conseguinte, tinham que percorrer milhares de quilômetros por água e por terra, antes de alcançar os campos de batalhas. A Guerra exigiu, portanto uma nova interpretação sobre tempo e espaço, considerando as longas distâncias a serem vencidas pelas tropas avultadas.

6.3.Os Fortins de Corumbá[102]

Uma série de questões foi reavaliada no período pós-guerra como as estratégias de ataques, as retiradas e a nunca vista guerra fluvial no continente. Esse aspecto gerou uma nova forma de pensar a guerra e de reinterpretar o papel da força militar na evolução da histórica política brasileira [103]. Depois da Guerra do Paraguai, o exército tratou de reestruturar a base de defesa e de ocupação das áreas de risco de Mato Grosso. Para Corumbá foi traçado um projeto composto de uma série de fortes situados desde o Canal dos Tamengos até a cidade de Ladário. Segundo Haroldo de Carvalho Netto, em seu artigo intitulado *Corumbá, Praça de Guerra*, publicado no ano de 1979 pela *Revista Militar Brasileira*, os fortins de Corumbá, ao serem construídos logo após a Guerra da Tríplice Aliança, destinavam-se à defesa e a segurança da área de fronteira. Cinco fortins foram construídos da jusante para montante e receberam nomenclaturas

[101] COMANDO DO SEXTO DISTRITO NAVAL (Boletim Informativo). *Aspectos Históricos e Geográficos do Sexto Distrito Naval de Ladário*, Ladário, MS : Impressos avulsos, s/d.

[102] BRAZIL, Maria do Carmo. *Rio Paraguai...Op. cit.*, p. 207-210.

[103] MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães. *Guerra... Op. cit.* p. 57. Ver também SCHNEIDER, Louis. *A Guerra da Tríplice Aliança... Op. cit.*

históricas, a saber: *Limoeiro*, *Junqueira*, *Conde D'Eu*, *Duque de Caxias* e *Major Gama*[104].

Terminado o conflito foi decidida a transferência dos estabelecimentos navais de Cuiabá para Ladário concretizada nos anos de 1873 e 1874. Erigiu-se assim, o Arsenal da Marinha de Ladário, em 14 de março de 1873, e com ele uma base avançada às margens do rio Paraguai. O Arsenal abrigou a Escola de Aprendizes de Marinheiros e, também, as oficinas de habilitação técnica de serviços náuticos e fabricação de acessórios de transportes fluviais[105].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É consenso entre os estudiosos da Guerra do Paraguai que os acontecimentos da infausta *Retirada da Laguna* pontuaram os erros táticos determinados pelo despreparo e a falta de organização das forças brasileiras, o desconhecimento da realidade dos sertões brasileiros e a imprudência. Enfrentar as excelentes defesas terrestres e fluviais do Paraguai era uma tarefa intrincada pelos enormes problemas logísticos, pela falta de conhecimento da geografia dos rios e dos sertões e pela ausência de aptidão tática ou estratégica dos comandantes.

Dessa realidade, observada nas *águas belas* do sul de Mato Grosso, a narrativa de Taunay sugeria a construção da nacionalidade[106]. Mas, conforme lembra o historiador Francisco Alambert, para concretizar esta construção, era preciso neutralizar o descompasso existente entre o sertão e o espaço litorâneo brasileiro[107]. Uma solução razoável e possível seria a criação de fluxos de circulação capazes de estreitar as conexões do centro político do Brasil às longínquas províncias e sustentar a unidade territorial.

Procuramos demonstrar que o rio Paraguai permaneceu como o núcleo irradiador constante de cada uma das distintas fases da Guerra Grande. A ambição dos

---

[104] CARVALHO NETTO, Haroldo. "Corumbá, Praça de Guerra*". Revista Militar Brasileira*. Brasília: Centro de Documentação do Exército, jan./abr., 1979, v. 115.

[105] COMANDO DO SEXTO DISTRITO NAVAL (Boletim Informativo). *Aspectos Históricos... Op. cit.*

[106] TAUNAY, Visconde de *"Em Mato Grosso invadido"*. In: *Campanha de Mato Grosso*. 2ª edição ilustrada. São Paulo: Livraria Globo/Irmãos Marrano editores, 1923,

[107] ALAMBERT, Francisco. *Civilização e barbárie, história e cultura*: representações culturais e projeções da "Guerra do Paraguai" nas crises do 2º Reinado e da 1ª República. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999

paraguaios de dominar o rio não foi alcançada. A tropa paraguaia tentou atravessar o Pantanal do alto Paraguai, mas nunca logrou alcançar a cidade de Cuiabá, capital de Província. Entretanto, a invasão dos soldados guaranis evidenciou a fragilidade de uma nação desprovida de um aparato bélico capaz de garantir o domínio sobre parte de suas terras e de um rio em território nacional [108].

A Guerra do Paraguai, salienta Luciano Figueirdo, por ser uma trama cerrada na memória coletiva tem estimulado historiadores a construir verdadeiros *ricochetes* de novas interpretações e leituras[109]. Mas há ainda um longo caminho a ser percorrido no sentido de se alcançar abordagens inovadoras nos Programas oficiais de Ensino.

[108] COMANDO DO SEXTO DISTRITO NAVAL (Boletim Informativo). *Aspectos Históricos... Op. cit.*

[109] FIGUEIREDO, Luciano. Carta do Editor... *Revista Nossa História*.*Op. Cit*., p.3